

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**  
**ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf GUILHERME **BOTTREL** CARVALHO

**Considerações Geopolíticas para o Brasil sobre o  
ingresso da Venezuela no Mercosul.**



Rio de Janeiro

2018

Maj Inf GUILHERME BOTTREL CARVALHO

## **Considerações Geopolíticas para o Brasil sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Ten Cel Cav Túlio Endres Da Silva Gomes

Rio de Janeiro  
2018

C331c Carvalho, Guilherme Bottrel

Considerações geopolíticas para o Brasil sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul. / Guilherme Bottrel Carvalho. —2018.

55 f – il. ; 30 cm.

Orientação: Túlio Endres Da Silva Gomes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 50-54.

1. MERCOSUL. 2. GEOPOLÍTICA. 3. VENEZUELA. I. Título.

CDD 355

MAJ INF GUILHERME BOTTREL CARVALHO

**CONSIDERAÇÕES GEOPOLÍTICAS PARA O BRASIL SOBRE O INGRESSO DA  
VENEZUELA NO MERCOSUL.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Comando e  
Estado-Maior do Exército, como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Ciências Militares, com  
ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

---

JOSÉ MARIA DA MOTA FERREIRA– Cel Art  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

CARLOS EDUARDO DE MOURA NEVES – Cel Art  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

TÚLIO ENDRES DA SILVA GOMES – Ten Cel Cav  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Ten Cel Túlio, pelas orientações e pelo incentivo à consecução deste trabalho. Suas observações seguras e precisas proporcionaram a necessária motivação e comprometimento para a realização dessa pesquisa, em todas as suas fases.

Aos professores do Instituto Meira Mattos (IMM), pelas diversas instruções ministradas e inestimável colaboração prestada na consecução da pesquisa.

Aos meus pais, que sempre me serviram de exemplo e proporcionaram as condições ideais de aprendizagem, tornando possível a aquisição de maturidade e disciplina para o desenvolvimento deste estudo.

À minha esposa e filha, verdadeiras fontes de inspiração, pela compreensão e apoio durante o transcorrer do trabalho.

“A história é a pedra de toque  
que desgasta o erro e faz  
brilhar a verdade” (Marco Túlio  
Cícero)

## RESUMO

A Geopolítica, entendida como um ramo do conhecimento relacionado ao valor prospectivo da interação dinâmica da Política, Geografia e História, é empregada neste trabalho como lente conceitual para analisar a adesão do Estado Venezuelano ao bloco Sul-americano do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Apesar dos usos variados do termo “geopolítica” na atualidade, destacamos que a acepção unânime é a de que a Geopolítica trata sobre poder e espaço, abarcando tanto o relacionamento do Estado com seu território e potencialidades quanto as relações de poder entre Estados. Nesse sentido, compreende-se o Estado como o agente Político, respaldado pelo poder que lhe é inerente, que possui capacidade de influenciar seu território e interferir no seu desenvolvimento, promovendo um ganho de importância política na correlação com os espaços geográficos externos. A História insere-se nesse enredo como fator de inspiração da Política, sinalizando os caminhos a serem percorridos para o processo de evolução e progresso dos Estados Nacionais. A formação do Mercosul foi fruto de um processo de negociações e entendimentos, e buscou, em essência, superar o padrão de rivalidade histórica entre Brasil e Argentina, com o objetivo simultâneo de promover o crescimento regional e sua preparação para uma inserção mais relevante na economia global. A expansão do bloco para Norte, com o ingresso da Venezuela, mostrou-se perfeitamente alinhada com os Objetivos Nacionais Permanentes do Brasil, com a Constituição Federal/1988 e com a Política Nacional de Defesa, sendo um instrumento da globalização para fortalecer e impulsionar a integração dos mercados mundiais. O objetivo do trabalho foi demonstrar que fatores geopolíticos (Política, Geografia e História), acima de qualquer discussão ideológica, contribuíram para o direcionamento da aplicação do Poder do Estado Brasileiro, referente à adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul. Nosso enfoque, portanto, foi destacar esses fatores, analisando-os em seus pormenores, buscando aproximar o posicionamento do Estado brasileiro dos estudos da Geopolítica.

Palavras-chave: Mercosul, Geopolítica, Venezuela.

## **ABSTRACT**

Geopolitics, understood as a branch of knowledge related to the prospective value of the dynamic interaction of Politics, Geography and History, is used in this work as a conceptual lens to analyze the adhesion of the Venezuelan State to the South American bloc of the Common Market of the South (Mercosur). Despite the varied uses of the term "geopolitical" today, we emphasize that the unanimous meaning is that Geopolitics deals with power and space, encompassing both the relationship of the State with its territory and potentialities and the power relations between States. In this sense, the State is understood as the political agent, backed by the power inherent to it, which has the capacity to influence its territory and interfere in its development, promoting a gain of political importance in the correlation with external geographic spaces. History is inserted in this plot as a factor of inspiration of the Policy, signaling the paths to be covered for the process of evolution and progress of the National States. The formation of the Mercosur was the result of a process of negotiations and understandings, and sought in essence to overcome the pattern of historical rivalry between Brazil and Argentina, with the simultaneous aim of promoting regional growth and its preparation for a more relevant insertion in the global economy. The expansion of the bloc to the North, with the entry of Venezuela, was perfectly aligned with the Brazilian Permanent National Objectives, with the Federal Constitution/1988 and with the National Defense Policy, being an instrument of globalization to strengthen world markets. The objective of this work was to demonstrate that geopolitical factors (Politics, Geography and History), above any ideological discussion, contributed to the application of Brazilian State Power, related to the adhesion of the Bolivarian Republic of Venezuela to Mercosur. Our focus, therefore, was to highlight these factors, analyzing them in their details, seeking to closer the position of the Brazilian State of Geopolitical studies.

Key words: Mercosur, Geopolitics, Venezuela.



## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	08
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	08
1.2	O PROBLEMA.....	10
1.3	OBJETIVOS.....	11
1.3.1	Objetivo Geral.....	12
1.3.2	Objetivos Específicos.....	12
1.4	QUESTÕES DE ESTUDO.....	12
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	11
2	<b>METODOLOGIA.....</b>	14
2.1	TIPO E NATUREZA DE PESQUISA .....	14
2.2	COLETA DE DADOS.....	15
2.3	TRATAMENTO DE DADOS.....	16
2.4	LIMITAÇÕES DE MÉTODO.....	16
3	<b>ASPECTOS HISTÓRICOS DO MERCOSUL.....</b>	17
4	<b>VENEZUELA: ASPECTOS GERAIS E ADESÃO AO MERCOSUL.</b>	27
5	<b>CONTRIBUIÇÃO DO FATOR GEOGRÁFICO (ESPAÇO FÍSICO) PARA O POSICIONAMENTO FAVORÁVEL DO ESTADO BRASILEIRO À ADESÃO DA VENEZUELA AO MERCOSUL.....</b>	33
6	<b>CONTRIBUIÇÃO DO FATOR POLÍTICO (APLICAÇÃO DO PODER À ARTE DE GOVERNAR) PARA O POSICIONAMENTO FAVORÁVEL DO ESTADO BRASILEIRO À ADESÃO DA VENEZUELA AO MERCOSUL.....</b>	40
7	<b>CONCLUSÃO.....</b>	47
8	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	50

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os precursores da Geopolítica, formuladores de teorias clássicas, como Friedrich Ratzel, Rudolf Kjellen e Halford John Mackinder, conceberam-na como um novo ramo do conhecimento, relacionado ao valor prospectivo da interação dinâmica da Política, Geografia e História (MATTOS, 2002, p. 5-6).

Em seu artigo *“Geopolitics in the nineties: one flag, many meanings”*, Mamadouh (1998, p. 237-253) discorre sobre a existência de quatro escolas geopolíticas (neoclássica, subversiva, não-geopolítica e crítica), fornecendo uma visão geral sobre publicações recentes que abordam o tema. Apesar dos usos variados do termo “geopolítica”, destaca que em todos os casos a Geopolítica é sobre **poder e espaço**, “geralmente sobre o Estado e seu território, muitas vezes sobre relações de poder entre Estados”. (tradução nossa).

Nesse sentido, e sob a ótica do General Meira Mattos (2002, p. 35-47), renomado intérprete das teorias e pressupostos que dão fundamento científico à Geopolítica, entende-se o Estado como o agente Político, respaldado pelo poder que lhe é inerente. Esse poder é exercido, prioritariamente, em seu território, o que pode interferir no seu desenvolvimento e promover um ganho de importância política, na correlação com os espaços geográficos externos. A História insere-se nesse enredo como fator de inspiração da Política, indicando, de maneira mais segura, os caminhos a serem percorridos para o processo de evolução e progresso dos Estados Nacionais.

Empregando-se a lente da Geopolítica, que é um segmento da Ciência Política, é possível enxergar com clareza o processo de formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), instituído pelo Tratado de Assunção, de 1991, sob esse tríplice aspecto: como motivação **política**, buscando romper o padrão de rivalidade histórica entre o Brasil e a Argentina e também como uma estratégia de promoção de abertura das economias de ambos os países, expondo-os à concorrência externa e buscando a atração de investimentos internacionais (MAGNOLI, 1997). Sob o ponto de vista da **geografia**, depreende-se que a aproximação política e econômica visava, de modo simultâneo e progressivo, a integração dos espaços geográficos, promovendo desenvolvimento, complementaridade econômica, adaptação competitiva e consequente aumento de relevância dos países no cenário

internacional. A **história** serviu como pano de fundo e agente indutor do processo, trazendo à tona fatos e acontecimentos que evidenciaram a importância da superação do passado conflituoso e da cooperação para a inserção e sobrevivência em um sistema mundial competitivo.

Ainda, segundo o sociólogo Demétrio Magnoli (1997), a formação de blocos econômicos e o processo de regionalização são produtos da globalização, e não obstáculos à sua efetivação. Funcionam, portanto, como instrumentos da estrutura econômica mundial, capazes de fortalecer e impulsionar a formação de um mundo integrado e, por isso, global.

Na esteira da tendência mundial de formação e ampliação de blocos econômicos regionais, foi assinado o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, em 2006. Essa expansão do Bloco, potencializada pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA, substituída pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento/COSIPLAN, em 2009), favoreceu o desenvolvimento da porção setentrional da América do Sul (Eixo do Escudo Guiano) e a própria integração do território nacional (BRASIL, 2007), por meio do avanço da infraestrutura física, promotora da integração regional em áreas estratégicas como a infraestrutura de transportes, energia e comunicação.

O crescimento do Mercosul, além de impulsionado pela conjuntura do plano internacional, harmonizou-se com os Objetivos Nacionais de Estado, encontrando pontos de coerência e alinhamento com a Constituição Federal (CF)/1988 (Art. 4º, § único) e a Política Nacional de Defesa (PND), que preveem, respectivamente:

A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma **comunidade latino-americana de nações**. (grifo nosso)

2.1.5 A **Política Nacional de Defesa** tem como **princípios** a solução pacífica das controvérsias, a promoção da paz e da segurança internacionais, o multilateralismo e a **integração sul-americana**, assim como a projeção do País no concerto das nações e a ampliação de sua inserção em processos decisórios internacionais, o que requer permanente esforço de articulação diplomático-militar.

2.1.6 Nesse sentido, sem desconsiderar a esfera global, estabelece como área de **interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro**, que inclui a **América do Sul**, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. (grifo nosso)

Diante disso, é possível inferir que fatores geopolíticos (Política, Geografia e História) contribuiriam para o direcionamento da aplicação do Poder do Estado

Brasileiro, referente à adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul. Nosso enfoque, neste trabalho, foi destacar esses fatores, analisando-os em seus pormenores, buscando aproximar o posicionamento do Estado brasileiro dos estudos da Geopolítica.

## 1.2 PROBLEMA

Feitas as observações iniciais, pode-se constatar que os ramos científicos formadores da Geopolítica oferecem ao estadista uma visão prospectiva dos interesses políticos do Estado, auxiliando-o na avaliação do interesse nacional. (MATTOS, 2002, p. 51).

O atual processo de integração regional sul-americano é um eixo prioritário da agenda internacional Brasileira, como se pode observar no parágrafo único do **Art. 4º da CF/1988**, o qual prevê que a “República Federativa do Brasil”, de acordo com os princípios de suas relações internacionais, “buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma **comunidade latino-americana de nações**”. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Sob a mesma orientação, a PND, “que é o documento de mais alto nível do País em questões de Defesa, baseado nos princípios constitucionais e alinhado às aspirações e aos Objetivos Nacionais Fundamentais”, estabelece que a “defesa do País é indissociável de seu desenvolvimento”, que tem como um de seus princípios “a **integração sul-americana**” e define “como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a **América do Sul**, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica”. (BRASIL, 2016a, grifo nosso).

O Mercosul é o bloco econômico que mais projeta o Brasil no cenário mundial. Como uma zona de livre comércio em seu estágio final de conformação, pode ser visto como “o fator mais significativo da notável expansão das exportações brasileiras para seus parceiros”. Por privilegiar as exportações da indústria brasileira, constitui uma resposta ao desafio da competição global, facilitando “o alargamento e o aprofundamento do processo nacional de desenvolvimento e de industrialização”. (BATISTA, 1994).

O internacionalismo “chavista” e o proclamado Socialismo do século XXI, seguidos, embora de forma limitada, por Nicolás Maduro, manifestaram-se na constante interferência venezuelana na política interna dos Estados latino-americanos. Tal aspecto produziu efeitos contraproducentes à liderança do Brasil no

Bloco, promovendo alinhamentos externos prejudiciais aos interesses brasileiros (Bolívia, Cuba, Irã) e atritos bilaterais (Venezuela/Colômbia, Venezuela/Peru) que geraram óbices ao projeto de integração sul-americano. (MAGNOLI, 2007). Essa condição apresentou reflexos importantes no contexto regional e conferiu maior relevância ao tema da interação do Brasil com a Venezuela, via Mercosul, reclamando um olhar mais atento sobre os interesses e o respaldo das decisões do Estado brasileiro.

No mesmo sentido da ideia anterior, a Venezuela transformou-se em um foco de tensão na região Sul-americana (DARIO, 2017). A crise democrática, o processo inflacionário, a política assistencialista e a vulnerabilidade da economia, fortemente dependente do petróleo (PUENTE, 2007), promoveram o desemprego e a migração em massa de venezuelanos, conformando, na atualidade, uma crise humanitária, que impacta diretamente os países fronteiriços. Tal condição, embora posterior ao posicionamento do Brasil em relação à adesão da Venezuela ao Mercosul, atraiu os holofotes do concerto das nações e da opinião pública internacional, e poderá interferir, futuramente, no julgamento das decisões brasileiras, pois alguns custos, políticos e econômicos, podem ser atrelados a elas.

Em suma, as observações acima elencadas oferecem indícios para a compreensão dos posicionamentos do Estado brasileiro na temática da integração regional, além de sugerir o objetivo de se alcançar uma inserção global compatível com a estatura político-econômica do país.

Desse modo, torna-se relevante identificar, do ponto de vista amplo da Geopolítica, os fatores que motivaram a expansão do Mercosul por meio da adesão do novo membro. Surge, portanto, o seguinte problema:

**Quais foram as considerações Geopolíticas, resultantes da interação da Política, Geografia e História, que motivaram a definição favorável do Estado Brasileiro à adesão da Venezuela ao Mercosul?**

### 1.3 OBJETIVOS

Essa seção apresenta o objetivo geral, que é o resultado final a alcançar, correspondendo à solução do problema; e também os objetivos específicos, que são metas parciais a serem atingidas, que em seu conjunto alcançam o objetivo geral do trabalho. (ECEME, 2012, p. 8).

### 1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é descrever as considerações Geopolíticas, resultantes da interação da Política, Geografia e História, que motivaram a definição favorável do Estado Brasileiro à adesão da Venezuela ao Mercosul.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de delimitar e alcançar o desfecho esperado para o objetivo geral, foram formulados objetivos específicos que conduzirão para a consecução do propósito deste estudo, os quais são elencados abaixo:

a. Analisar aspectos históricos e gerais relevantes ao estudo geopolítico referente ao posicionamento favorável do Estado brasileiro à adesão da Venezuela ao Mercosul;

b. Analisar aspectos gerais da Venezuela e de sua adesão ao Mercosul;

c. Descrever a contribuição do Fator Geográfico (espaço físico), permeado pela influência da História Moderna (experiência humana), para o posicionamento favorável do Estado Brasileiro à adesão da Venezuela ao Mercosul; e

d. Descrever a contribuição do Fator Político (aplicação do Poder à arte de governar), permeado pela influência da História Moderna (experiência humana), para o posicionamento favorável do Estado Brasileiro à adesão da Venezuela ao Mercosul;

## 1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Segundo Vergara (2015), delimitação aborda as fronteiras concernentes às variáveis, aos pontos que serão abordados, ao corte (transversal ou longitudinal) e ao período de tempo objeto da investigação, como, por exemplo, as séries históricas e períodos de mudança planejados.

De acordo com a definição acima, esta pesquisa abordará uma análise Geopolítica do posicionamento do Estado Brasileiro em relação ao ingresso da Venezuela no Mercosul, como membro pleno. O espaço é delimitado pelo subcontinente da América do Sul, em um contexto de integração regional. O corte temporal é balizado pelo período de 4 de julho de 2006, data da assinatura do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, até o dia

5 de agosto de 2017, marco de sua suspensão, motivada pela instalação da Assembleia Constituinte, em Caracas, e o rompimento da ordem constitucional, segundo nota nº 255 do Itamaraty. (BRASIL, 2017b).

Compreende-se que essa adesão ao Bloco não foi consensual e gerou polêmica no âmbito dos países-membros e do Estado Brasileiro, em virtude do possível viés ideológico da decisão, incoerente com o caráter liberal do Bloco. (MAGNOLI, 2007). Há, também, elementos indicadores de que o ingresso Venezuelano no Mercosul foi resultante de um processo incompleto, no qual o novo integrante foi admitido como “membro pleno” antes de sua adaptação às regras da união aduaneira. Essa análise sugere que a admissão Venezuelana foi uma decisão meramente político-partidária, refletindo uma orientação da política exterior brasileira afastada da visão Geopolítica.

Em que pese as considerações acima elencadas, levantadas por Magnoli (2007), os apontamentos geopolíticos apontados na pesquisa são comprovados por fatos, documentos e pela história, não havendo prejuízo de sua validade em virtude de opiniões divergentes. Dessa forma, este trabalho não avaliará o processo de tomada de decisão política (*Political Decision Making*) nem abordará a discussão sobre a definição de políticas de Governo e de Estado, em virtude da suscetibilidade ideológico-partidária do contexto político do recorte temporal e por serem questões tendencialmente ambíguas e complexas, o que fugiria do escopo deste estudo.

## 2 METODOLOGIA

Este capítulo tem por finalidade apresentar o caminho que foi percorrido para solucionar o problema de pesquisa, especificando os procedimentos necessários para alcançar os objetivos geral e específicos apresentados. Desta forma, pautando-se numa sequência lógica, a pesquisa foi estruturada da seguinte maneira: 1) Tipo e natureza de pesquisa; 2) Coleta de dados; 3) Tratamento de dados; e 4) Limitações de método.

### 2.1 TIPO E NATUREZA DE PESQUISA

Do ponto de vista de sua **natureza**, a presente pesquisa é **básica**, pois objetiva gerar novas abordagens, a partir de problemas conhecidos, e aprofundar conhecimentos para avanço da ciência, sem aplicação prática prevista. (GIL, 1994).

Quanto ao **tipo de pesquisa**, seguem as definições abaixo, de acordo com a subdivisão de diversos autores.

De acordo com a **forma de abordagem ao problema**, é uma pesquisa **qualitativa**, considerando que existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números. (GIL, 1994). Neves e Domingues (2007) também confirmam a pesquisa como qualitativa devido à **técnica de abordagem**, pois o pesquisador, que é parte integrante do processo, interpretou os fenômenos e atribuiu-lhe significados.

Do ponto de vista dos **objetivos**, é uma **pesquisa explicativa**, uma vez que objetiva identificar os fatores que determinaram os fenômenos, explicar o porquê das coisas; enquadra-se como um pesquisa *ex-post-facto*, pois se dá a partir de fato passado, com o intuito de verificar a existência de relações entre as variáveis. (GIL, 1994). A Taxionomia de Vergara (2015), que classifica as pesquisas por dois critérios básicos, prevê que este estudo é, quanto aos **fins**, **explicativo**, pois tem como principal objetivo tornar as ações estudadas em dados de fácil compreensão, justificando e explicando os seus principais motivos.

Sobre os **procedimentos técnicos**, é uma **pesquisa bibliográfica**, elaborada com base em material publicado em livros, jornais, revistas, sites da internet e artigos científicos, disponibilizados ao público em geral. (GIL, 1994). Confirmando essa classificação, a Taxionomia de Vergara (2015), quanto aos **meios de investigação**, também define esta pesquisa como **bibliográfica**, em virtude das características acima elencadas.



Quanto ao **método da pesquisa científica**, configura-se como **fenomenológico**, pois, não sendo dedutivo nem indutivo, preocupa-se com a descrição direta da experiência como ela é; a realidade é construída e entendida da forma que é interpretada; essa realidade não é única, pois existirão tantas quantas forem as suas interpretações. (GIL, 1994).

## 2.2 COLETA DE DADOS

O delineamento expressa, em linhas gerais, o desenvolvimento da pesquisa, com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados. (GIL, 2002).

O desenvolvimento da pesquisa contemplou as fases de levantamento e seleção da bibliografia; coleta dos dados, crítica dos dados, leitura analítica e fichamento das fontes, argumentação e discussão dos resultados.

Para a definição de termos, levantamento das informações de interesse e estruturação de um modelo teórico de análise foi realizada uma revisão de literatura nos seguintes moldes:

### a. Fontes de busca

- Manuais do Exército Brasileiro;
- Sites e artigos científicos da *Google Web*;
- Monografias, Dissertações e Teses da Biblioteca da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME);
- Livros relativos aos assuntos “Geopolítica”, “Mercosul” e “Integração sulamericana”;
- Periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES); e
- A Minuta da PND e da END (2016), disponibilizada pelo MD e utilizada prioritariamente em relação à PND/ END 2012, tendo em vista ser mais condizente com a conjuntura atual.

### b. Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas

- Utilizou-se os seguintes termos descritores: “Geopolítica”, “Mercosul”, “Venezuela” e “Integração sul-americana”, respeitando as peculiaridades de cada base de dado. Após a pesquisa eletrônica, as referências bibliográficas dos estudos considerados relevantes foram revisadas, no sentido de encontrar artigos não localizados na referida pesquisa.

### c. Critérios de inclusão:

- Estudos publicados em português, inglês e espanhol, a partir de 1980;
- Estudos quantitativos e qualitativos que descrevem a inclusão da Venezuela como membro pleno do Mercosul; e
- Pesquisas sobre as condições políticas, econômicas e sociais da República Bolivariana da Venezuela e o processo de integração sul-americano.

d. Critérios de exclusão:

- Estudos cujo foco central não esteja relacionado com o Mercosul e a integração sul-americana; e
- Estudos que reutilizam dados obtidos em trabalhos anteriores.

## 2.3 TRATAMENTO DE DADOS

Os dados obtidos foram tratados por intermédio da análise de conteúdo, conforme tabela abaixo:

<b>DADOS</b>	<b>COLETA</b>	<b>ANÁLISE</b>
Descrição das características geográficas da Faixa de Fronteira Brasil – Venezuela.	LITERATURA	ANÁLISE DE CONTEÚDO
Análise da relações político-econômicas e históricas entre o Brasil e a Venezuela.	LITERATURA	
Descrição da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa.	Minuta da PND/ END 2016	
Compreensão da definição de “Geopolítica” e de sua aplicação nas relações internacionais.	LITERATURA	
Estudo do Bloco regional Mercosul e sua importância para o Brasil.	LITERATURA	
Avaliação dos fatores que levaram o Brasil a ser favorável à adesão plena da Venezuela ao Mercosul.	LITERATURA	

Quadro 1 – Análise de Dados

## 2.4 LIMITAÇÕES DE MÉTODO

Diante da proposta de método para o alcance da resposta ao problema levantado, esta pesquisa encontrou as seguintes limitações:

- Polarização ideológica em torno do tema, dificultando a aquisição de conhecimentos isentos e imparciais, que permitissem a identificação das decisões políticas de Estado, comprometidas com o interesse legítimo do país; e
- Carência de trabalhos que realizaram uma análise científica e aprofundada sobre o tema proposto.

### 3 ASPECTOS HISTÓRICOS DO MERCOSUL

A América do Sul vive hoje momento ímpar da sua história, que se caracteriza pela **superação de antigas rivalidades** e pela **aproximação sem precedentes** entre Estados que até pouco tempo se consideravam potenciais inimigos. A redemocratização e a integração econômica tornaram evidente o fato de que o caminho da cooperação e do entendimento é o único possível para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento [...]. (BRASIL, 2001, grifo nosso).

Este capítulo promove um debate sobre alguns aspectos históricos que servem como lente conceitual para a consecução da presente pesquisa. Assume-se a importância do Mercosul para o processo de integração sul-americano e para o desenvolvimento e projeção internacional do Brasil, bem como a relevância da adesão Venezuelana ao Bloco, com todas as suas particularidades. Em vista disso, esses serão os assuntos norteadores desse tópico, que pretende ampliar esses conceitos, com o intuito de evidenciar distintas percepções e possibilitar o desenvolvimento da pesquisa propriamente dita. Os aspectos gerais da República Bolivariana da Venezuela tratados neste capítulo serão abordados com maior profundidade nos capítulos seguintes, sempre confrontados com a realidade e os interesses brasileiros.

A história da sociedade humana apresenta um caráter orgânico, que nos permite compreender o caráter regular, contínuo e coerente do processo de evolução. Sua importância reside em extrair as lições do passado e consubstanciar-se, especialmente em épocas de incertezas, em intérprete segura das ocorrências do presente, inspirando com acerto as decisões da Política: “de pé no passado, vivendo o presente, nos debruçamos sobre o futuro”. (MATTOS, 2002, p. 44-47, 93).

A busca de entendimentos para a integração regional tem sido uma referência marcante da política externa brasileira. Incluída no parágrafo único do **Art. 4º da CF/1988**, a integração regional aparece como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, no âmbito de suas relações internacionais. Isto significa que, embora de modo descontínuo, o Brasil trata o tema como relevante e promotor do progresso do subcontinente da América do Sul. (HAGE, 2010).

Como importante ator no cenário internacional, o Brasil tem um papel histórico destacado na promoção do desenvolvimento da região. A conquista da condição de relativa estabilidade entre o Brasil e seu entorno Sul-americano foi fruto da superação de questões que poderiam suscitar divergências e conflitos, dentre elas o

enfrentamento de sua maior guerra, contra o Paraguai, entre 1864 e 1870, e a distensão da disputa com a Argentina pela liderança regional. Tudo isso, somado à solução pacífica e definitiva das questões fronteiriças, permitiu ao país que suplantasse todas as contendas que pudessem originar ou representar ameaças do ponto de vista estratégico e militar e, de forma incontestada, representou a superação de óbices e a abertura do caminho para um processo de cooperação e integração regional. (KREIBOHM, 2008).

Desde algum tempo e com maior ênfase a partir do final da Guerra Fria, os processos de globalização e de regionalização têm marcado o itinerário histórico de países e regiões inteiras. Na fase anterior, os blocos seguiam uma lógica mais político-militar do que propriamente econômica, a despeito da existência de alguns experimentos bem sucedidos nessa vertente, como foi o caso do processo de integração europeia. (ALMEIDA, 2006).

Importante frisar, no entanto, que a condição de relativa estabilidade regional não implicou em despreocupação do Brasil quanto à segurança de seu território, principalmente na região amazônica e fronteiriça, compartilhada com diversos países, que apresentam, geralmente, características e problemas comuns, associados à desocupação e à rarefeita presença do Estado. (KREIBOHM, 2008). Tal aspecto será abordado mais adiante neste trabalho.

No tocante à diluição da histórica rivalidade entre Brasil e Argentina, observou-se, já em 1941, a assinatura de um acordo de constituição de união aduaneira entre os dois países, frustrada em razão da Segunda Guerra Mundial. No pós-Segunda Guerra os esforços de aproximação política e de cooperação econômica não avançaram em razão das instabilidades internas e resquícios de desconfiança mútua. Ainda assim, os dois governos trabalharam em um esquema integracionista regional, baseado no conceito de preferências tarifárias, concretizado mediante a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960. (ALMEIDA, 2006).

Os anos 1960 e 1970 foram dominados pelos regimes militares, tanto no Brasil quanto na Argentina, o que inviabilizou as propostas mais amplas de integração econômica, principalmente devido às preocupações quanto à segurança estratégica, suscitando, inclusive, projetos paralelos de capacitação nuclear.

[...] a Argentina e o Brasil tinham historicamente adotado, desde muito tempo, senão o caminho da animosidade ou da hostilidade recíproca, pelo menos uma certa prevenção de princípio contra supostas intenções hegemônicas em cada uma das margens do Prata, postura materializada em táticas eventuais de oposição bélica em possíveis cenários de conflito, chegando inclusive à competição nuclear, ainda que inconfessada[...] Os

programas de cooperação bilateral na área nuclear, desde os anos 80, a aceitação, por ambos os países, de salvaguardas extensivas nesse terreno no início dos anos 90, culminando com a adesão ao TNP, bem como o início de um efetivo programa de consulta e de intercâmbio entre unidades militares dos dois países, contribuíram para uma real distensão no campo estratégico e o início da cooperação entre seus *establishments* militares, base de uma futura integração doutrinária e operacional. (ALMEIDA, 2006).

Somente com a redemocratização política, na década de 1980, que se abriu um espaço real de cooperação e de integração bilateral, conforme os diversos protocolos de integração assinados pelos dois países.

Foi este entendimento fundamental entre a Argentina e o Brasil, nos governos Raul Alfonsín (1984-1989) e José Sarney (1985-1990), que permitiu o lançamento do ambicioso projeto de integração bilateral com o objetivo de instituir um mercado comum em dez anos (Tratado de Integração de 1988). Este esquema, fortemente embasado numa visão gradualista e flexível, dispendo como instrumentos fundamentais dos protocolos setoriais de complementação econômica, foi posteriormente modificado, com a redução à metade do prazo para a formação de um mercado comum (Ata de Buenos Aires, de julho de 1990). A Ata de Buenos Aires deu o quadro institucional e os mecanismos de desgravação comercial para o esquema negociado do Mercosul, então ampliado aos dois outros sócios da vertente platina, Paraguai e Uruguai, e consolidado no Tratado de Assunção, de março de 1991. (ALMEIDA, 2006).

A gênese do Mercosul, portanto, está presente nesse processo de aproximação entre Brasil e Argentina, iniciado na década de 1980, e reforçado com o processo de redemocratização desses países. É nesse sentido que, em 26 de março de 1991, o Brasil, juntamente com Argentina, Paraguai e Uruguai, assinou o Tratado de Assunção, criando oficialmente o Mercado Comum do Sul. O principal objetivo deste Tratado é consolidar a integração política, econômica e social entre os países participantes, fortalecer os vínculos entre os cidadãos do Bloco e contribuir para melhorar sua qualidade de vida. (BRASIL, 2017a). Tudo isso, de acordo com os seguintes princípios:

O MERCOSUL visa à formação de mercado comum entre seus Estados Partes. De acordo com o art. 1º do Tratado de Assunção, a criação de um mercado comum implica:

- livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco;
- estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;
- coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes;
- compromisso dos Estados Parte em harmonizar a legislação nas áreas pertinentes, a fim de fortalecer o processo de integração. (BRASIL, 2017a).

Percebe-se, dessa forma, dois grupos de objetivos importantes em torno do projeto do Bloco. O primeiro, destinado à superação do passado conflituoso e de rarefeita interconexão da região, de cunho histórico; o segundo, com perspectivas de futuro, buscando o desenvolvimento do Cone Sul e sua melhor inserção no cenário internacional. Dessa forma, a primeira tarefa seria pôr um termo nos impasses políticos entre Argentina e Brasil que, na década de 1970, entraram em conflito devido aos projetos de infraestrutura nacionais (usina hidrelétrica de Itaipu e usina nuclear Angra II). E, depois, construir e fortalecer o ente supranacional, gestor da governança regional, para, de maneira conjunta, superarem a pobreza, o subdesenvolvimento socioeconômico e as pressões internacionais, potencializadas pelo advento da globalização, que afetava toda a América Latina. (HAGE, 2004).

A atual configuração do Bloco, conforme registra o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2017a), teve o seu marco institucional, que lhe confere personalidade jurídica internacional, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994. A partir daí, o Mercosul adquiriu competência para negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O Bloco optou pelo regionalismo aberto, abrindo-se a negociações com outros parceiros regionais, buscando, dessa forma, além do aumento do comércio intrazona, elevação do fluxo de intercâmbio com os demais parceiros comerciais.

Desde o período de transição (1991-1994) e mesmo na etapa seguinte, depois da consolidação do esquema intergovernamental do Mercosul, mediante o Protocolo de Ouro Preto (dezembro de 1994), o comércio intra e extra-Mercosul cresceu significativamente, para o que também contribuíram as reformas econômicas e as políticas de abertura comercial adotadas no início dos anos 90. (ALMEIDA, 2006).

Esse é o início da trajetória do Mercosul, que aproxima-se dos 30 anos de existência, e representa a mais abrangente iniciativa de integração regional já implementada na América Latina, baseando-se em um projeto político e estratégico de integração que ultrapassa o mero aspecto comercial. (BRASIL, 2018).

O objetivo estratégico do Brasil em relação ao bloco político-econômico do Mercosul tem a ver com a consolidação desse agrupamento político-comercial enquanto centro de um espaço econômico integrado na América do Sul e sua projeção ulterior enquanto ator relevante, regional e internacional, nos sistemas político e econômico mundiais. O Brasil assumiu, desde o início do Mercosul, um papel protagônico nesse processo, que tem igualmente na Argentina um parceiro de primeiro plano. O Mercosul também tem sido definido, desde o início dos anos 1990, como um elemento fundamental da política externa brasileira e como um dos

objetivos prioritários da estratégia brasileira de inserção internacional. (ALMEIDA, 2006).

Enumeramos, dentre os progressos alcançados pelo Mercosul, expressivos resultados em termos econômico-comerciais. O comércio entre os membros multiplicou-se mais de dez vezes, saltando de US\$ 5,1 bilhões (1991) para US\$ 58,2 bilhões (2012). O comércio do Brasil com o Mercosul também acompanhou essa tendência. Em 2017, por exemplo, comparativamente ao mesmo período de 2016, os dados mostram significativo crescimento nas exportações brasileiras (22,1%) e no saldo comercial do Brasil com o bloco (53%). O comércio intrabloco atingiu cerca de 15% do total global do Mercosul, com redução significativa das tarifas para o comércio entre os países do bloco. O Grupo de países pode ser definido como uma “união aduaneira em fase de consolidação, com matizes de mercado comum, com eliminação dos entraves à circulação dos fatores de produção, bem como pela adoção de política tarifária comum” na relação com outros países, por meio de uma Tarifa Externa Comum (TEC). (BRASIL, 2018).

Podemos citar diversos acordos comerciais, no plano internacional, firmados em nome da personalidade jurídica representada pelo Mercosul:

<b>DATA</b>	<b>ACORDO</b>
15/12/2008	Aprovação do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU
01/06/2009	Entrada em vigor do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia
24/07/2009	Assinatura do Memorando de Entendimento para a Promoção de Comércio e Investimentos entre o MERCOSUL e a República da Coreia
23/12/2009	Entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio subscrito entre o MERCOSUL e o Estado de Israel.
20/12/2011	Assinatura de Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Palestina.
17/12/2014 17/12/2014	Assinatura do Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e o Líbano.
17/12/2014	Assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a Tunísia.

QUADRO 2- Acordos comerciais entre o Mercosul e parceiros  
FONTE: BRASIL (2017a), modificado pelo autor

Fruto desse direcionamento, o Mercosul tornou-se o principal receptor de investimentos estrangeiros diretos (IED) na região, constituindo-se em espaço privilegiado de desenvolvimento, especialmente por conta da ampliação da agenda econômica da integração, na última década. Tomado como um Estado, o Bloco seria a quinta maior economia do mundo. (BRASIL, 2018).

A essa dimensão geoeconômica deve ser agregada uma dimensão diplomática ou mesmo geopolítica, no sentido em que o Mercosul, quando consolidado em seu objetivo fundamental (artigo 1º do Tratado de

Assunção, de 1991) de mercado comum, e enquanto base principal de uma zona de livre-comércio sul-americana, constituirá um **importante fator de projeção regional e internacional de poder econômico e político**, tendo necessariamente o Brasil, ao lado da Argentina, como um dos atores fundamentais no jogo estratégico global. (ALMEIDA, 2006, grifo nosso).

Consoante seu objetivo de integração plena, o Tratado de Assunção permite a adesão dos demais Países Membros da Associação Latino Americana de Integração (ALADI) ao MERCOSUL. Em vista disso, o Bloco passou pela primeira ampliação, desde sua criação, com o ingresso definitivo da Venezuela como Estado Parte<sup>1</sup>, em 2012. No mesmo ano foi assinado o Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL que, uma vez ratificado pelos congressos dos Estados Partes, fará do país andino o seu sexto membro pleno. (BRASIL, 2017a).

Atualmente, há duas condições de países no Bloco: os Estados Associados do Mercosul, como a Bolívia (em processo de adesão ao MERCOSUL), o Chile (1996), o Peru (2003), a Colômbia (2004), o Equador (2004), a Guiana e Suriname (ambos em 2013); e os Estados Parte, formados pelos países fundadores e pela Venezuela (2012). Dessa forma, todos os países da América do Sul fazem parte do Mercosul, seja como Estado Parte, seja como Associado. (BRASIL, 2017a).

Os membros efetivos do Bloco abrangem, aproximadamente, 72% do território da América do Sul (12,8 milhões de km<sup>2</sup>), 70% da população sul-americana (275 milhões de habitantes) e 77% do PIB da América do Sul (US\$ 3,18 trilhões). (BRASIL, 2018).

Observa-se que o Brasil tem com os Estados Membros do Mercosul um comércio significativo e de qualidade, composto por produtos de elevado valor agregado, o que contribui para o desenvolvimento tecnológico e para a geração de empregos qualificados no país. O Bloco revela-se, portanto, extremamente importante para a atividade industrial do Brasil e também dos seus integrantes. (BRASIL, 2017).

O Mercosul é fundamental para a atividade industrial dos Estados Partes. Em 2012, 92% das exportações brasileiras ao Mercosul foram bens industrializados (manufaturados e semi-manufaturados). Um dos setores

---

<sup>1</sup> Em 2 de dezembro de 2016, a República Bolivariana da Venezuela foi notificada do cessamento do exercício de seus direitos inerentes à condição de Estado Parte do MERCOSUL, em razão do descumprimento de compromissos assumidos no Protocolo de Adesão ao MERCOSUL [Nota à Imprensa nº 337/2016]. Em 05 de agosto de 2017, a República Bolivariana da Venezuela foi notificada da suspensão de todos os seus direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia [Nota à Imprensa nº 255/2017]. (BRASIL, 2017b).



que mais se beneficia do Mercosul é o automotivo, pois o bloco possibilitou ao Brasil e à Argentina integrar suas cadeias produtivas de automóveis. Brasil e Argentina juntos são o terceiro maior mercado global de automóveis (depois de China e Estados Unidos). Em 2013, 47% da produção de automóveis argentinos foram exportados para o Brasil. O mercado brasileiro foi o destino de 85% das exportações argentinas de veículos no ano passado. As exportações para a Argentina representaram, em 2013, 16% da produção brasileira de automóveis e 80% das exportações de veículos do Brasil. (BRASIL, 2018).

Na composição das possibilidades e características do MERCOSUL, destaca-se hoje o seu potencial agrícola, caracterizado pela elevada capacidade e eficiência de produção das cinco principais culturas alimentares globais (trigo, milho, soja, açúcar e arroz). Para ilustrar a produtividade do agronegócio do Bloco, basta registrar que é o maior exportador líquido mundial de açúcar, o maior produtor e exportador mundial de soja, 1º produtor e 2º maior exportador mundial de carne bovina, o 4º produtor mundial de vinho, o 9º produtor mundial de arroz, além de ser grande produtor de trigo e milho. (BRASIL, 2017).

No campo energético, o Mercosul assumiu posição de relevo, configurando-se como potência energética. O Bloco é detentor da maior reserva de petróleo do mundo, concentrando 19,6% das reservas provadas de petróleo mundiais; 3,1% das reservas de gás natural e 16% das reservas de gás recuperáveis de xisto. A Venezuela, com uma reserva de 296 milhões de barris, certificada pela OPEP, concorre para 92,7% das reservas de petróleo do MERCOSUL. O Brasil tende a ampliar sua participação nas reservas de petróleo do Bloco à medida que os trabalhos de certificação das reservas do pré-sal brasileiro sejam desenvolvidos. (BRASIL, 2017).

Também se computou como avanço do Bloco o aperfeiçoamento da União Aduaneira, que é um dos objetivos fundamentais do MERCOSUL. Nesse sentido, os Estados Partes concluíram, em 2010, as tratativas para a conformação do Código Aduaneiro do Mercosul. O aprimoramento institucional também alcançou inúmeros progressos, cabendo evidenciar:

[...] a criação do Tribunal Permanente de Revisão (2002), do Parlamento do MERCOSUL (2005), do Instituto Social do MERCOSUL (2007), do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (2009), bem como a aprovação do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (2010) e o estabelecimento do cargo de Alto Representante-Geral do MERCOSUL (2010). (BRASIL, 2017).

Desde sua formação, o Bloco traz consigo o simbolismo de nações que se unem em torno de princípios e objetivos como a democracia e o desenvolvimento

econômico – exemplificados por meio do Protocolo de Ushuaia (cláusula democrática) e pelo Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), de 2005, que trata das assimetrias entre os países e regiões, marcando o entendimento de que o desenvolvimento econômico deve vir acompanhado da melhoria das condições sociais e superação das desigualdades, por meio das seguintes vertentes: programas de melhoria das infraestruturas, desenvolvimento da competitividade local e fortalecimento da coesão social e do processo de integração, especialmente nas regiões fronteiriças. (BRASIL, 2018). “O fundo tem contribuído para a melhoria em setores como habitação, transportes, incentivos à microempresa, biossegurança, capacitação tecnológica e aspectos sanitários”. (BRASIL, 2017).

No entanto, ainda observamos muitas exceções ao livre comércio e vários aspectos da integração que necessitam de maturação:

Baseado num esquema intergovernamental – e não comunitário – de formação de uma união aduaneira e de um mercado comum, o Mercosul conseguiu cumprir, durante a fase de transição (1991-1994), vários dos seus objetivos preliminares, quais sejam, a desgravação comercial recíproca, a adoção de diversos instrumentos constitutivos da união aduaneira – como a definição de uma tarifa externa comum e de um mecanismo de solução de controvérsias –, mas não logrou a constituição do mercado comum anunciado no tratado fundacional. Foram preservadas algumas exceções à zona de livre comércio – das quais as mais importantes foram o setor automobilístico e o açúcar – e mantidas diversas exceções nacionais à sua Tarifa Externa Comum – com desvios para cima ou para baixo em relação ao que seria a tarifa normal, notadamente em setores como o eletroeletrônico e bens de capital. Não foi possível, por outro lado, atingir-se o objetivo de coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais [...] (ALMEIDA, 2006).

Dificuldades de ordem conjuntural e estrutural se interpõem ao objetivo da plena integração regional:

No **plano conjuntural**, existem as naturais limitações de processos nacionais de estabilização macroeconômica não inteiramente consolidados, depois de anos, ou mesmo décadas, de instabilidades criadas por surtos hiperinflacionários, crises externas de pagamentos associados ao excessivo endividamento e a volatilidade dos movimentos de capitais, debilitamento das moedas nacionais e fases de estagnação ou de baixo crescimento econômico. No **plano estrutural**, são evidentes as assimetrias entre os países membros, tanto em termos de dimensão econômica própria (com o Brasil representando algo como 70% da “massa” do Mercosul, em matéria de PIB, de comércio intra-regional e externo, de investimentos estrangeiros etc.), como em razão da estrutura e do nível do processo de industrialização e de avanço tecnológico (com as disparidades mais fortes acumuladas, mais uma vez, em favor do Brasil). Daí resultam diferenciais de competitividade e de atração de investimentos que têm provocado reações nos demais sócios e impedido a consolidação e avanço do Mercosul para patamares mais avançados de integração e de inserção internacional. (ALMEIDA, 2006, grifo nosso).

Na senda da integração, e com o intuito de superar as barreiras conjunturais e estruturais, a cooperação e as discussões políticas no MERCOSUL ocorrem em diversos níveis, abrangendo assuntos como educação, saúde, trabalho, direitos humanos, imigração, desenvolvimento social e agricultura familiar. As chancelarias dos Estados Partes realizam a coordenação e acompanhamento dessas atividades, com o auxílio do Foro de Consulta e Concertação Política. O Parlamento do Mercosul (PARLASUL), criado em 2005, com sede em Montevideu, também complementa a dimensão política do Bloco, atuando como órgão de representação dos povos do Mercosul, com funções deliberativas e de recomendação aos órgãos decisórios. (BRASIL, 2017).

No campo social destaca-se o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), criado em 2010, que tem como metas a erradicação da fome, da pobreza e do analfabetismo na região, bem como a universalização dos serviços públicos de saúde. A formulação de políticas sociais regionais baseadas nos objetivos do PEAS é atribuição do Instituto Social do Mercosul, criado em 2007, com sede em Assunção. (BRASIL, 2017).

Ainda em concordância com sua “agenda cidadã”, foi aprovado, em 2010, o Estatuto da Cidadania do Mercosul, que garante a livre circulação de pessoas na região e uma série de direitos comuns aos nacionais dos Estados Partes. A implementação do Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica do Mercosul (SIMERCOSUL), importante avanço desse esforço, visa a impulsionar a circulação de estudantes e docentes na região. (BRASIL, 2017).

Os Direitos Humanos, também considerados base fundamental do Bloco, são observados pelo Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH) do Mercosul, criado em 2009 e com sede em Buenos Aires, que tem os objetivos de elaborar políticas públicas e assistir os Estados Partes em suas obrigações internacionais na matéria de direitos humanos. (BRASIL, 2017).

Compreendemos, portanto, que o Mercosul não se limita à dimensão econômica e comercial, muito embora significativos avanços tenham sido obtidos nessas áreas. Examinando as iniciativas comuns que abrangem diversos ramos, como a infraestrutura, as telecomunicações, a ciência e tecnologia, a educação, a agricultura familiar, a preservação ao meio ambiente, a cooperação fronteiriça de combate aos ilícitos transnacionais e a promoção integral dos direitos humanos,

verificamos a amplitude das ações, que fazem do Mercosul um projeto de integração complexo, ambicioso e multidisciplinar. (BRASIL, 2018).

Feitas as considerações básicas sobre o Mercosul, traçaremos, em linhas gerais, alguns aspectos da geografia e da história recente da Venezuela, ator protagonista deste trabalho, que ingressou oficialmente no bloco em 2012, de maneira controversa, pois o Paraguai, que se opunha à entrada venezuelana, estava suspenso, de acordo com o Protocolo de Ushuaia.

#### 4 VENEZUELA: ASPECTOS GERAIS E ADESÃO AO MERCOSUL

A República Bolivariana da Venezuela localiza-se ao norte da América do Sul, possui ilhas no mar do Caribe e tem sua maior porção territorial situada no continente. O país possui, aproximadamente, 32 milhões de habitantes e sua capital e cidade mais populosa é Caracas. À semelhança dos demais países da América Latina, como herança do passado colonial, possui grande parte da população na região litorânea, onde se encontram as maiores aglomerações urbanas. Ocupa uma área de 916.445 km<sup>2</sup>. Quanto às suas fronteiras, são delimitadas ao norte pelo Mar do Caribe, a oeste com a Colômbia, ao sul com o Brasil e à leste com a Guiana, com a qual possui litígio fronteiriço. O principal rio é o Orinoco, que corta o país.

A sua região amazônica, localizada ao sul do país e fronteira com o Brasil, nunca foi uma prioridade na política externa venezuelana, o que justifica o escasso relacionamento existente entre os dois países até o final do século XX. Isto se deve, em parte, ao fato dessa região ser uma zona pouco povoada e não interligada ao restante do território nacional. Apenas em 1978 observou-se uma pequena aproximação com o Brasil, por ser a Venezuela um dos participantes do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Entretanto, o TCA não cumpriu suas metas e foi relançado ao final dos anos 1990, transformando-se em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Apesar disto, o tratado impulsionou a concertação venezuelano-brasileira em um contexto de maior cooperação e diálogo na região, com avanços limitados nas áreas de infraestrutura de estradas e proteção ambiental.

Líder mundial em reservas comprovadas de petróleo, com 296,5 bilhões de barris, a Venezuela é extremamente dependente das exportações do produto, que responde por mais de 90% do valor das vendas externas. Por isso, a queda no preço de venda do barril no mercado internacional faz desabar a entrada de recursos no país, já que o petróleo é o dinamismo de sua economia.

Mesmo que petróleo não seja dinheiro, o governo venezuelano gastou seu dinheiro como se fosse petróleo. A falta de transparência dificulta que se determine números exatos sobre os gastos. O que é certo, porém, é que Chávez colocou o ouro negro no centro de sua economia: mais de 90% das exportações da Venezuela e aproximadamente metade da receita do governo vem do petróleo. (SCHUSTER, 2017).

Para os opositores do “chavismo”, a utilização, durante anos, de volumosos recursos da estatal petrolífera PDVSA em programas sociais do governo desviou o foco de atuação da empresa, que deixou de investir no aprimoramento de sua

atividade, ocasionando queda brusca dos números da extração do petróleo. Foi latente a preocupação do governo em angariar o apoio popular ao custo de um crescente gasto público, com medidas populistas, de cunho assistencialista.

Apesar da retórica chavista contra os EUA, o mercado deste país é o maior comprador das exportações petrolíferas da Venezuela, seguido de maneira crescente pelo mercado chinês, que passou a importar 485 mil barris diários do combustível a partir de 2014, quase o dobro do que comprava anteriormente. Em decorrência, a China liberou uma linha de crédito no valor de US\$ 4 bilhões.

Principal figura política da história recente da Venezuela, Hugo Chávez assumiu a presidência do país em 1999. Permaneceu no poder até 2013, quando faleceu em decorrência de um câncer, assumindo a presidência o então vice-presidente, Nicolás Maduro. A presidência de Chávez significou uma mudança brusca do modelo neoliberal outrora implantado, inaugurando na Venezuela o “socialismo do século XXI”.

Nesse contexto, a entrada da Venezuela como membro pleno ao Mercosul converter-se-ia em um elemento de sua estratégia de promoção de um mundo multipolar e de enfrentamento da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), entendida como um projeto imperialista dos EUA. Para o governo de Chávez, seus objetivos da política externa coincidiam com alguns elementos da estratégia promovida pelo Mercosul, como a rejeição da ALCA ou a ideia brasileira de se construir um bloco regional sul-americano mediante a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Dessa forma, a Venezuela tornou-se um aliado natural do Mercosul na oposição a estes projetos, rejeitando, de maneira conjunta, na 4ª Cúpula das Américas, de Mar del Plata, a iniciativa estadunidense. A expectativa do governo venezuelano da criação de um bloco de poder sul-americano foi um incentivo para a tentativa de converter-se em membro pleno do Mercosul. (RUIZ, 2010).

Na visão do líder venezuelano, o Mercosul deveria ser entendido também como um fator na luta contra o neoliberalismo. Por isto, em reiteradas ocasiões, propôs a necessidade de reformular o Mercosul e desenvolver seu aspecto social. Esta percepção foi reconhecida no *Proyecto Nacional Simón Bolívar, Primer Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*, no qual se propõe como objetivo “*participar en la construcción del nuevo Mercosur hacia la conformación de la Comunidad Sudamericana de Naciones, sobre la base de la*

*evaluación, revisión y reorientación de los contenidos de integración*” (Proyecto Nacional Simón Bolívar 2007, p. 42). A crescente influência Chavista no desenho da política de integração sul-americana é também um elemento marcante, convertendo o Mercosul em uma área de interesse geoestratégico.

Nesta etapa do desenvolvimento do processo político, a Venezuela optou por uma política externa agressiva frente aos EUA e um afastamento cada vez maior dos países andinos, resultando na saída da Venezuela da Comunidade Andina de Nações (CAN), em 2006. O avanço das negociações do Tratado de Livre Comércio entre os Estados Unidos e os países andinos isolou a Venezuela no contexto da CAN. Além disso, a diretriz do bloco andino entrou em contradição com objetivos expressos da política exterior venezuelana, como a luta contra a ordem unipolar e a ênfase na cooperação sul-sul e na integração latino-americana. Sob o slogan “*nuestro norte es el sur*”, o governo venezuelano decidiu buscar uma aliança maior com o Mercosul e, em 2005, surpreendendo políticos, acadêmicos e atores econômicos, solicitou a entrada como membro pleno do bloco (havia sido admitida como membro associado há apenas um ano).

Na perspectiva de Chávez, a América do Sul deveria ser um dos eventuais polos alternativos de poder para enfrentar a ordem unipolar norte-americana. A construção deste polo alternativo sul-americano poderia ser realizada sobre a base da convergência entre a CAN e o Mercosul. Por isto, Chávez considerava fundamental o estabelecimento de algum tipo de aliança ou associação com o Mercosul. Obviamente, para o governo venezuelano um componente desta estratégia era apresentar-se frente os países do Mercosul como um aliado contra a ALCA, e também como uma fonte de energia barata, para o qual começou a desenvolver uma ativa diplomacia petroleira com os membros do bloco a partir de 2003. (RUIZ, 2010).

Apesar disso, a integração pressupõe a negociação concreta de aspectos comerciais como a desgravação tarifária e a adoção da tarifa externa comum. Estes compromissos têm profundas consequências políticas e econômicas, pois indicam considerar as respostas dos setores sensíveis da estrutura econômica de um país e o impacto que a abertura terá no projeto de desenvolvimento nacional de um Estado. Estas variáveis não eram parte do discurso oficial venezuelano quando se anunciou sua adesão ao Mercosul.

As decisões do governo venezuelano em matéria de integração regional

foram subordinadas à consecução dos três objetivos básicos da política exterior do país: a luta contra a ordem unipolar, transformada nos anos recentes em anti-imperialismo; a rejeição ao neoliberalismo, que se converteu em anticapitalismo e a promoção da integração bolivariana. (RUIZ, 2010). A dificuldade de compatibilizar os objetivos da política exterior venezuelana com a realidade política, estratégica e o regulamento institucional do Mercosul e os custos econômicos que teria para o país adotar o programa de liberalização do Protocolo de Caracas explicam as dificuldades da adesão venezuelana ao Mercosul, surgidas assim que se iniciaram as negociações técnicas, relativas à redução das tarifas e à adoção de uma tarifa externa comum, o que derivou para um estancamento do processo de adesão da Venezuela ao bloco, que prolongou-se até 2012.

No governo de Nicolás Maduro a crise econômica se acentuou, o desabastecimento atingiu níveis críticos, a inflação disparou e os protestos se avolumaram, com crescentes mortes de manifestantes e prisões de líderes opositores. As manifestações ocorridas em fevereiro de 2014 ilustraram a polarização trazida pelo “chavismo”, bastante presente na sociedade venezuelana atual. De um lado, os apoiadores de Chávez enaltecem as conquistas na área social, com redução da taxa de pobreza, do desemprego e crescimento da renda per capita; de outro, a oposição centra suas críticas no autoritarismo de Chávez, que fortaleceu o Poder Executivo e aumentou a influência sobre o Judiciário.

Na esfera econômica, há críticas para as altas taxas de inflação e desaprovação do setor empresarial relativa às medidas de reforma agrária e da ampliação do poder estatal sobre a extração petrolífera. A violência urbana é outro grave problema do país, que possui elevadas taxas de homicídios, situadas entre as maiores do mundo.

Em sua gestão, Chávez utilizou os “petrodólares” venezuelanos para ampliar os investimentos sociais, fato que lhe rendeu bastante apoio popular, mas arruinou a economia. Priorizou os programas assistenciais voltados para a camada mais pobre da população, como as “*Misiones*”, que atendiam principalmente as áreas da educação, questão agrária, necessidades básicas e direitos humanos.

No tocante às intenções políticas de Chávez, Coimbra (2009) aduz que o projeto político do presidente venezuelano era recuperar o controle estatal sobre a economia, alocando recursos para fins sociais e incrementando a democracia participativa, sendo que esta tinha como principal mote os Conselhos Comunitários,



que eram comunidades que controlavam e avaliavam as políticas públicas. Lopes (2009) confirma esse entendimento, afirmando que Chávez continuou utilizando os recursos advindos do petróleo para implementar suas mudanças sociais, levantando a bandeira da Revolução Bolivariana.

Na política externa, Chávez empreendeu um discurso contundente contra os Estados Unidos da América (EUA), o qual ele acusava de articular um golpe de Estado contra ele. Além disso, tinha atritos com países alinhados ideologicamente com a direita na América do Sul, principalmente a Colômbia, em virtude de sua parceria com os norte-americanos no combate ao narcotráfico (Plano Colômbia).

Por outro lado, fomentou a cooperação da Venezuela com os governos de esquerda da região, como o Brasil, a Bolívia, o Equador e a Argentina. Também criou aproximações com o Irã, China e Rússia, evidenciando o seu personalismo e liderança no âmbito regional.

Essa parceria com o Brasil favoreceu algumas empresas nacionais, que executaram grandes obras de infraestrutura na Venezuela, fato que incrementou a relação bilateral e aumentou a corrente de comércio entre os países, tornando a balança comercial ainda mais favorável para o Brasil, que foi articulador fundamental para a inclusão da Venezuela no Mercado Comum do Sul.

No entanto, o assistencialismo de Chávez e sua política de estatizações tornaram o país ainda mais dependente das importações, haja vista o enfraquecimento do setor industrial. A economia venezuelana não se diversificou, permanecendo primordialmente dependente da exportação de petróleo, fato relevante na escalada da crise atual.

Nicolás Maduro, no poder desde 2013, na tentativa de conter a crise econômica e dar sequência às mudanças implantadas por seu antecessor, optou pelo congelamento de preços da cesta básica e controle cambial, com o intuito de garantir à população o acesso aos itens de primeira necessidade e de frear a saída de recursos do país. Sem sucesso, essas medidas agravaram a crise de desabastecimento que assola vigorosamente o povo venezuelano.

Em 2014 foram marcantes as manifestações e os protestos na Venezuela, caracterizados por intensos confrontos entre a polícia e os manifestantes, resultando na prisão de inúmeros opositores do governo e violenta repressão.

Em 2015 o panorama tornou-se ainda pior, pois o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou que a inflação venezuelana passou a ser a maior do mundo, em torno de 160%.

A falta de remédios na Venezuela alcançou níveis críticos, provocando a Assembleia Nacional a decretar crise humanitária, despertando a atenção da comunidade internacional para a grave situação do país.

Contribuindo para o incremento da convulsão política, em 2015 a oposição derrotou os socialistas governistas, conquistando a maioria na Assembleia Nacional. Valendo-se dessa condição, os opositoristas dirigiram seus esforços na implementação de um referendo revogatório para tirar Maduro do poder. No entanto, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), órgão alinhado com Maduro, declarou nulas as intenções da Assembleia.

Nesse ambiente político conflituoso, Maduro decretou Estado de Emergência Econômica, em 2016, por meio do qual realizou uma série de medidas, como o aumento do salário mínimo, elevação dos preços da gasolina e desvalorização da moeda nacional.

Várias empresas fecharam as portas ou diminuíram drasticamente suas operações, por falta de insumos e ausência de receitas para pagar fornecedores. A Assembleia Nacional, atualmente dominada pela oposição, pediu ajuda humanitária à Organização Mundial de Saúde (OMS), pela falta de medicamentos básicos à população. (MORAES, 2016).

Em 2017 o cenário internacional não favoreceu a Venezuela. O petróleo continuou se desvalorizando, alcançando em outubro o nível mais baixo daquele ano, impactando contundentemente a sociedade daquele país. (FORBES, 2017).

Dessa forma, traçamos sucintamente, dentro do recorte temporal do estudo, o panorama geral de alguns fatores geopolíticos venezuelanos, que nos trazem reflexões quanto ao posicionamento favorável do Brasil à adesão da Venezuela ao Mercosul. Sem nos anteciparmos aos demais segmentos da pesquisa, vamos prosseguir na análise geopolítica, que buscará elucidar as razões da postura brasileira no que se refere à adesão da Venezuela ao bloco de países considerado.

## 5 CONTRIBUIÇÃO DO FATOR GEOGRÁFICO (ESPAÇO FÍSICO) PARA O POSICIONAMENTO FAVORÁVEL DO ESTADO BRASILEIRO À ADESÃO DA VENEZUELA AO MERCOSUL.

*[...]Recentemente, visitei mais de um país balcânico, e lá eles costumam dizer que os Bálcãs têm uma escassez de geografia e uma abundância de história. Na América do Sul é um pouco o contrário. Temos muita geografia, uma **geografia muito positiva** para o nosso **desenvolvimento**, e estamos começando a fazer história com as últimas décadas de progresso. O que o Brasil está fazendo é assumir plenamente a sua responsabilidade para que a história que estamos construindo beneficie o maior número possível de sul-americanos.[...]* (discurso inaugural do Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, Seminário FUNAG). (BRASIL, 2012, grifo nosso).

Esse trecho do discurso do Embaixador Antonio Patriota, proferido em 2012, em um seminário da Fundação Alexandre de Gusmão sobre a integração Sul-americana, identifica o aspecto favorável de nosso espaço geográfico para a aplicação do Poder do Estado. Entendendo, pois, a Geopolítica como a aplicação da política aos espaços geográficos (MATTOS, 2002), vamos examinar neste capítulo a relevância do fator espaço físico para o direcionamento da política brasileira para a aproximação com a Venezuela.

Convém considerar que, embora o espaço geográfico natural tenha sido politicamente enriquecido ao longo do tempo, por meio dos progressos da ciência e da tecnologia, esse aspecto repercute apenas no fator tempo, reduzido pelas inovações nos transportes, na informática e nas comunicações, não modificando, porém, a relação fundamental entre o território e o Poder Político. O contexto físico do espaço, que é o objetivo da Geopolítica, continua inalterado em sua extensão, forma e posição. Apenas os instrumentos do progresso tornaram-se disponíveis aos agentes políticos.

*[...] o espaço operativo onde o homem-político aplica o seu Poder, permanece insubstituível. O **espaço geográfico modificado, enriquecido, verticalizado, informatizado, continua sendo o único suporte do Poder**, é a razão de sua existência. Se as características do espaço mudaram, cabe aos geopolíticos, especialistas no saber e arte de aplicar o Poder ao Espaço Geográfico, ajustarem o seu conhecimento a esta nova realidade.* (MATTOS, 2002, p. 33, grifo nosso).

Dentre os fatores condicionantes para a identificação e estabelecimento dos Objetivos Nacionais de Estado e de Governo, o ambiente é de fundamental importância. A relação sustentável do Homem com a natureza e a adequada aplicação da tecnologia para a geração de riquezas são necessários e relevantes para a fixação dos Objetivos Nacionais. A grande extensão territorial do Brasil, o posicionamento geográfico privilegiado, a abundância de recursos naturais, o clima e

o relevo influem diretamente na formação da identidade nacional e, por conseguinte, na identificação e definição de Objetivos Nacionais autênticos. (ESG, 2014, p. 30-31).

A enorme extensão territorial, a baixa densidade demográfica da **Amazônia brasileira** e as dificuldades de mobilidade, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem a efetiva presença do Estado, com vistas ao desenvolvimento e à integração daquela região. (BRASIL, 2016, grifo nosso).

É por esse viés característico do espaço físico Amazônico, aliado a outras importantes questões relacionadas, como o fator psicossocial e econômico, que apontaremos as razões que justificam a aproximação das relações brasileiro-venezuelanas. Primeiramente, os países dividem extensa fronteira, com mais de 2.000 Km, que compreende os estados brasileiros do Amazonas e Roraima, e os venezuelanos de Bolívar e Amazonas. Essa condição natural abre um caminho favorável e desejável para a atuação cooperativa dos governos e o planejamento conjunto de políticas recíprocas e complementares, visando o desenvolvimento da região. O esforço no sentido da integração energética, aproveitando o potencial hidrelétrico do sul venezuelano, por exemplo, foi uma ação estratégica dirigida à busca do progresso e da integração nacional, consonante aos Objetivos Nacionais Permanentes. (VILLA, 2006).

O espaço brasileiro-venezuelano encerrado pela bacia Amazônica e pela bacia do Orinoco é destacado pela quantidade e qualidade de recursos que reúne: “biodiversidade, minérios, bacias hidrográficas (águas e hidrovias), potencial energético de diversas fontes (hidrelétrica, gás e petróleo), solo agricultável de forma sustentável”. (BARROS, 2011).

O potencial de transporte hidroviário do Orinoco, o potencial agrícola e industrial de sua região Sul e os recursos energéticos e projetos associados que envolvem a faixa petrolífera do Orinoco, maior reserva de petróleo das Américas, sustentam o interesse da Venezuela no desenvolvimento e na segurança desta região. As assimetrias socioeconômicas e o potencial econômico mostram a necessidade de ocupação, desenvolvimento e integração do **eixo Amazônia – Orinoco**. O planejamento da localização de **projetos produtivos e de infraestrutura ganham relevância especial** nessa região e as políticas públicas – nacionais e regionais – de indução ao desenvolvimento no **Norte do Brasil e no Sul da Venezuela** se mostram fundamentais. (BARROS, 2011, grifo nosso).

Outra possibilidade visualizada por meio das iniciativas de integração física Brasil-Venezuela, alavancada pela assinatura do Protocolo de adesão Venezuelana ao Mercosul, em 2006, foi o incremento das trocas comerciais entre os dois países.

Para se dimensionar o crescimento do fluxo de comércio entre Brasil e Venezuela nesse período, basta citar que, em 1993, os valores alcançaram 400 milhões de dólares, contra um intercâmbio comercial bilateral de 4,4 bilhões de dólares em 2006. Apesar do fluxo comercial ser ainda incipiente e com grande potencial de crescimento, o Brasil alcançou, em 2007, a posição de segundo parceiro comercial venezuelano, ultrapassando a Colômbia. Observou-se que houve um incremento substancial no intercâmbio de bens e serviços, o que nos permite constatar que o norte do Brasil, isolado e distante dos principais centros industriais do país, é um mercado natural para os produtos venezuelanos, que apresentam custos de transporte significativamente mais baixos. (RUIZ, 2010). Além disso, a parceria venezuelana revelou-se crucial para o **acesso do Brasil ao Caribe**, abrindo novos corredores que beneficiam as exportações brasileiras. (SUELY, 2015).

A forma de atuação internacional em blocos regionais, uma tendência contemporânea, verificada com maior intensidade na América do Sul na década de 1990, permitiu maior visibilidade e poder relativo à região no cenário mundial, o que induziu iniciativas como a IIRSA, que atua na promoção da integração da infraestrutura regional com base no trinômio transporte-energia-telecomunicação, objetivando a construção de um espaço político-econômico integrado e cooperativo. (SUELY, 2015).

Nesse quadro, o planejamento da integração física Brasil-Venezuela busca superar essa carência de infraestruturas necessárias para viabilizar uma efetiva aproximação entre os dois Estados. A IIRSA, lançada sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2000, constituiu-se à época no fórum Sul-americano de coordenação de ações intergovernamentais para articular os projetos de integração da infraestrutura regional. A iniciativa foi concebida na vigência de governos neoliberais na região, sob a lógica do regionalismo aberto, em um momento em que se confrontava a tentativa Norte-americana de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). (BARROS, 2011).

Neste início de século a integração regional e sul-americana volta a ser um dos desafios para as novas gerações. Os países da América do Sul apresentam características históricas semelhantes, seja em termos das desigualdades sociais e das assimetrias inter e intra-nações.[...] Todavia, as experiências históricas de integração já realizadas durante o século XX (ALALC, Pacto Andino e MCCA) e as reflexões teóricas e históricas sobre o desenvolvimento contribuem para tornar as diferenças em fatores positivos para uma **integração sul-americana** orientada pela **complementaridade dos fatores produtivos, populacionais e das políticas de Estado**. O papel estratégico que o Brasil e a Argentina têm para uma integração sub-

regional e sul-americana é essencial para o futuro do Mercosul e da UNASUL, que aponte caminhos distintos aos da NAFTA e da ALCA. Novamente os **investimentos em transporte, energia** e a criação de um sistema de crédito regional são fundamentais para a **superação das assimetrias e do baixo nível de intercâmbio**. (GUIMARÃES, 2007, grifo nosso).

De acordo com o ponto de vista apresentado, sem pretender relativizar as questões históricas de cunho estrutural, decorrentes do próprio quadro da divisão internacional do trabalho, e também da questão conjuntural, resultante da situação de dependência em relação aos países desenvolvidos, que restringe a autonomia decisória nas relações econômicas internacionais, destacamos que o baixo grau das relações entre Brasil e Venezuela, no século atual, é fortemente derivado da **carência de infraestrutura física** entre eles. (SUELY, 2015).

O processo de superação desses óbices ganhou impulso com o eixo de integração e desenvolvimento do Escudo Guianense, que engloba a região oriental da Venezuela, o arco Norte do Brasil (Amapá, Roraima, Amazonas e Pará) e a totalidade dos territórios da Guiana e do Suriname. Em sua lógica geoeconômica, abarcando a Interconexão Venezuela–Brasil, foram destacados **corredores de integração que interligam o Norte do Brasil ao Sul da Venezuela**.

Embora não se tenha salientado a importância geopolítica deste espaço, e especificamente da interconexão Amazônia–Orinoco, ou dado a ele o devido destaque, aí estão colocados importantes projetos, a saber: a reabilitação da **rodovia que liga Manaus a Caracas, incluindo a BR 174**, e a **navegabilidade da hidrovia do rio Negro** até a fronteira com a Venezuela. Apesar do pouco desenvolvimento dos **projetos do eixo do Escudo Guianense**, eles são **centrais** tanto para o Brasil quanto para a Venezuela, pois abrem espaço para **transformações sociais e produtivas** em regiões de baixo desenvolvimento nos países. (IIRSA, 2009, grifo nosso).

Com relação às atividades econômicas de destaque na área de influência do Eixo, evidenciam-se a extração mineral, florestal, de hidrocarbonetos, a agroindústria, a produção de aço e alumínio, a geração hidrelétrica e a indústria de montagem e fabricação de equipamentos elétricos, eletrônicos e eletromecânicos. Os centros de produção dominantes ou centros dinâmicos do Eixo do Escudo das Guianas encontram-se na região leste da Venezuela e na Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, nos quais se desenvolvem quase 90% da atividade econômica da área. Nessas regiões prevalece a atividade industrial e a prestação de serviços relacionados. (IIRSA, 2009).

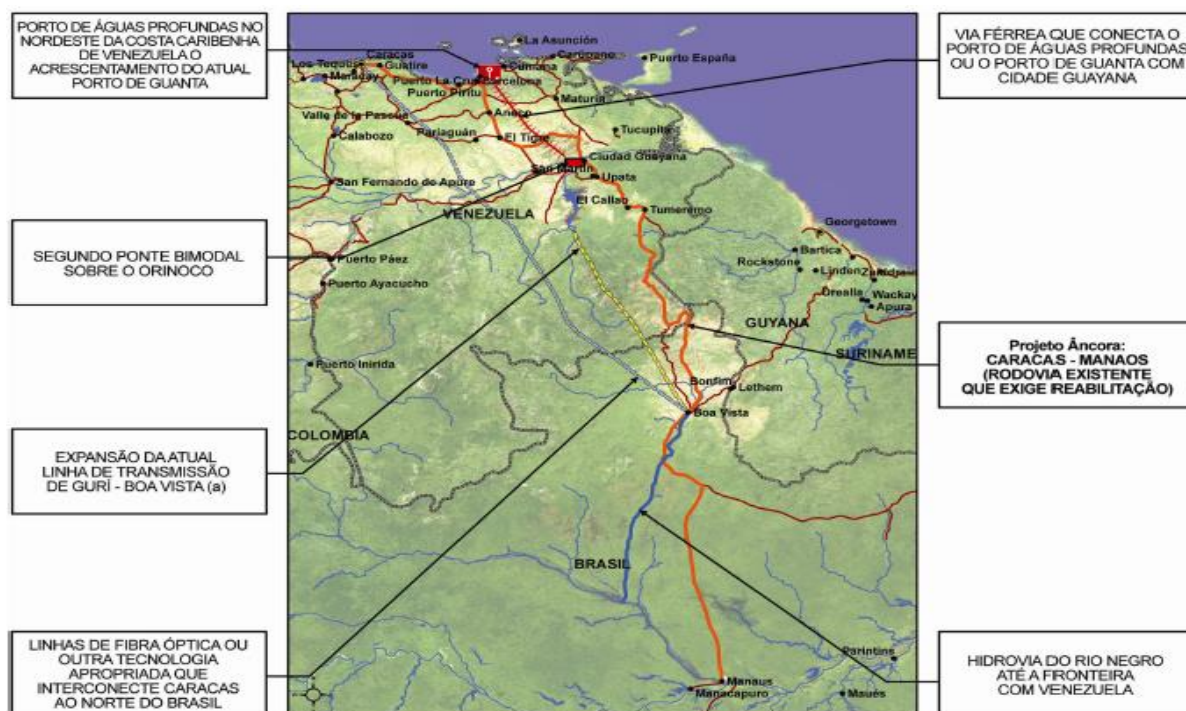


Figura 1 – Eixos do Escudo das Guianas (COSIPLAN)  
 Fonte: Carteira de Projetos IIRSA 2009 (2009, p.160)

As políticas públicas podem estimular a integração binacional no eixo Amazônia–Orinoco por meio da promoção da articulação das cadeias produtivas. O maior potencial está no desenvolvimento da faixa petrolífera do Orinoco articulado com a Zona Franca de Manaus, que concentra, em seu Polo Industrial, indústrias de alta tecnologia.

Na região do segundo maior rio da América do Sul, há grande concentração de projetos do governo venezuelano nos setores de ferro-aço, alumínio, petroquímica, agroindustrial e mineração, todos eles com potencial de integração com o Brasil. Fertilizantes e construção civil também poderiam ter grande articulação produtiva entre Brasil e Venezuela no curto e médio prazos. A título de exemplo, o Brasil importa US\$ 4,9 bilhões em fertilizantes, principalmente de Marrocos, Egito, Ucrânia e Rússia, e apenas US\$ 8 milhões da Venezuela, país com grandes reservas de fosfato e produção de ureia de menor custo das Américas. A debilidade produtiva e os baixos investimentos venezuelanos no setor são as principais explicações. Essa complementação poderia garantir para a Venezuela um grande mercado consumidor para os produtos da região de Guayana, o que lhe permitiria obter consideráveis economias de escala. Além disso, essa relação também poderia estimular o incremento do valor agregado dos produtos venezuelanos, a expansão e satisfação de sua demanda interna e inclusive a ruptura com o histórico ciclo de exportações de produtos primários. Seguindo essa formulação, a Venezuela poderia desenvolver uma ampla cadeia produtiva e de provedores para o abastecimento talvez mais rápido de insumos industriais para o Norte do Brasil, associando sua produção interna à expansão da indústria brasileira. (BARROS, 2011).

Sobre a integração energética, apesar de o Brasil ser grande produtor de energia, é deficitário nesse setor por ser grande consumidor. A Venezuela possui excedente de energia hidrelétrica, e exporta parte dessa energia para o país, via Linhão de Guri (importante interconexão elétrica por meio da linha de transmissão Guri – Boa Vista, de 676 km, que possibilita o abastecimento desta região brasileira que se encontra isolada do Sistema Interligado Nacional (SIN) – figura 1). No entanto, ainda há muitas dificuldades, especialmente em relação à carência de linhas de transmissão e às quedas constantes no fornecimento, o que contribui para que a Amazônia brasileira, apesar de grande produtora de energia elétrica, seja a região com menor nível de domicílios atendidos. (SUELY, 2015). Evidencia-se também que inexistem interconexões de gasodutos e oleodutos, apesar de todo o potencial energético dos dois países e da complementaridade energética entre eles e entre os demais países da América do Sul. (BARROS, 2011).

Quanto aos modos de transporte das exportações dos Estados brasileiros do eixo (Amapá, Roraima, Amazonas e Pará), em 2008, o modo marítimo foi responsável por 92,67% do total exportado à Venezuela, à Guiana e ao Suriname, contra 7,28% do modo fluvial, sendo os modos ferroviário, rodoviário e aéreo inexpressivos. O volume total exportado por estes quatro estados com destino à Venezuela, à Guiana e ao Suriname representou 12,5% do total em volume exportado pelo Brasil para esses três países. No entanto, apenas **0,26%** do volume total exportado para o mundo pelos quatro estados brasileiros tiveram como destino os países do Eixo do Escudo das Guianas. Esses dados fornecem uma exata dimensão do **rarefeito e limitado sistema de transporte do Eixo** e do **reduzido intercâmbio comercial** da região. (IIRSA, 2009).

Ficou evidenciado, portanto, que a infraestrutura de integração da área considerada é restrita e deficiente, embora haja viabilidade e capacidade potencial para o seu desenvolvimento estratégico, como demonstra a execução de obras viárias que melhoram a conexão internacional no eixo (rodovia Caracas–Manaus) e a integração energética (Linhão de Guri).

É possível identificar, pelas ideias apresentadas e segundo Meira Mattos (1980), a necessidade imperiosa da vertebração amazônica, por questões geopolíticas e de desenvolvimento. A integração, ocupação e desenvolvimento da Amazônia é fundamental para a articulação da América do Sul e o progresso do Brasil e dos países que compartilham a área. “O caráter geopolítico da urgência da



integração deste espaço foi apontado na literatura geopolítica brasileira, entre outros, por Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro, Darc Costa e Bertha Becker". (BARROS, 2011).

Conclui-se parcialmente que a aproximação do Brasil com a Venezuela, em virtude do fator geográfico, sob a ótica da geopolítica, foi amplamente justificada e recomendada. O Mercosul, vetor dessa aproximação, potencializado pelos projetos da IIRSA, contribuiu para ampliar o protagonismo brasileiro no sistema internacional, favoreceu as relações econômicas regionais, elevou a qualidade de vida da população amazônica, viabilizou o crescimento econômico de parte da região Norte do país e promoveu maior cooperação entre os países sul-americanos.

## 6 CONTRIBUIÇÃO DO FATOR POLÍTICO (APLICAÇÃO DO PODER À ARTE DE GOVERNAR) PARA O POSICIONAMENTO FAVORÁVEL DO ESTADO BRASILEIRO À ADESÃO DA VENEZUELA AO MERCOSUL.

[...] a Geopolítica é a ciência e arte de utilizar o território transformando-o em Poder Político [...] A virtude, hoje, está em saber e poder utilizar o instrumental tecnológico em proveito do melhor uso de nossa posição e dos recursos territoriais. (MEIRA MATTOS, 2002, p. 105).

Os objetivos políticos dependem, essencialmente, de Poder para serem alcançados. “Quem não tem poder não pode perseguir objetivo político”, já concluía Meira Mattos (2002, p. 35). O pensamento acadêmico predominante reafirma o Poder Político do Estado como agente único e indispensável da harmonia internacional. Em que pese a presença de diversos atores não-governamentais, capazes de influência global e interferência relativa na soberania dos Estados Nacionais, ainda figura o Estado-Nação como o protagonista fundamental para a solução dos problemas da sociedade mundial. (MEIRA MATTOS, 2002, p. 36-37).

A Nação, ao organizar-se politicamente, escolhe um modo de aglutinar, expressar e aplicar o seu Poder de maneira mais eficaz, mediante a criação de uma macroinstituição especial - o **Estado** – a quem delega a faculdade de instituir e pôr em execução o processo político-jurídico, a **coordenação da vontade coletiva e a aplicação judiciosa de parte substancial de seu Poder**.[...] No entanto, o propósito último do uso do Poder não é superar obstáculos, mas alcançar objetivos. Por isso entende-se que o Poder Nacional é o instrumento de que dispõe a Nação para conquistar e manter seus objetivos.[...] Portanto, a **Política** é entendida como a **arte de fixar objetivos e orientar o emprego dos meios** necessários à sua conquista. (ESG, 2014, p.33-34,50).

Nesse viés, a definição dos Objetivos Nacionais é influenciada pelas decisões da comunidade nacional e também por fatores externos, determinados pelas relações internacionais, que podem gerar condições de ampliação, restrição, estímulo ou limitação do Poder da nação no cenário internacional. Verifica-se, na atualidade, acentuada presença do Poder extraterritorial exercido por Estados poderosos, dotados de superioridade econômica, militar e tecnológica, capazes de pressionar outros governos soberanos, nas diversas expressões do poder.

Nesse terreno de influências recíprocas, as nações buscam conquistar e manter seus objetivos, além de preservar seus legítimos interesses, o que estimula a existência de áreas de cooperação ou promove o surgimento de focos de conflitos. (ESG, 2014, p.31-32).

[...]Falamos muito de um novo mundo geopolítico, de novas configurações geopolíticas, do surgimento de um mundo multipolar, mas a multipolaridade em si mesma não trará melhores condições de inserção internacional para o

Brasil ou para os países menos desenvolvidos da nossa região, para países da África e outros países. É preciso que trabalhemos muito para que tenhamos um **cenário internacional com uma multipolaridade benigna, uma multipolaridade de cooperação**, de mecanismos de deliberação mais representativos e legítimos.[...] (BRASIL, 2013, grifo nosso).

A **integração sul-americana** permanece como **objetivo estratégico da política externa brasileira**, pois o País reconhece, no adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos, um elemento fundamental para o **desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região**. [...] Do mesmo modo, a consolidação de um mercado sul-americano e o fortalecimento da capacidade de atuação e negociação dos governos nos fóruns internacionais dependem da continuidade e do fortalecimento de relações amistosas entre os países da região. (BRASIL, 2016b, grifo nosso).

Desde a primeira metade da década de 1990, a América do Sul delineou-se como a principal **referência regional da identidade internacional do Brasil**. A região tornou-se a primeira plataforma a partir da qual o país lançou-se na arena mundial, tornando-se prioridade na agenda da política externa brasileira, principalmente a partir do início do século XXI. (COUTO, 2010).

Verdadeiro marco desse **direcionamento político de aproximação regional** foi a realização, pelo Brasil, da primeira Reunião dos Presidentes Sul-americanos, em Brasília, no ano 2000. A conjuntura da região, afetada pelas crises financeiras do final dos anos 1990 e sofrendo pressões norte-americanas para a negociação e implantação de uma área continental de livre comércio, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), influenciou a estratégia brasileira para a construção de um espaço próprio sul-americano. Surgiu, dessa maneira, como um fórum intergovernamental para tratar da integração da infraestrutura na América do Sul, a IIRSA, convocada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). (COUTO, 2010).

Nesse escopo surgiu o estímulo para o desenvolvimento da infraestrutura de integração entre a bacia Amazônica e a bacia do Orinoco, com o intuito de possibilitar a desejável articulação produtiva e o importante intercâmbio comercial à região sul-americana mais carente em energia, transporte e comunicação, que apresenta imenso potencial de desenvolvimento. Além disso, essa integração proporcionaria acesso facilitado a portos mais próximos das rotas internacionais estratégicas que passam pelo Caribe, favorecidas pelo alargamento do Canal do Panamá e, principalmente, “avançaria em direção a um projeto de desenvolvimento comum para o Brasil, a Venezuela e a América do Sul”. (COUTO, 2010).

Diferentemente do que ocorreu com os vizinhos do sul do subcontinente, com o advento do Mercosul e o incremento da industrialização e modernização, a integração produtiva do Brasil com o Centro-Norte da América do Sul não obteve avanço significativo, principalmente devido à insuficiência de infraestrutura. A limitada estrutura logística inibiu o desenvolvimento de cadeias produtivas articuladas de grande potencial na região, como a de fertilizantes, construção civil, mecânica e agrícola. O desenvolvimento dos projetos de integração dos estados de Bolívar, na Venezuela, e do Amazonas e de Roraima, no Brasil, é fundamental para a consolidação de um espaço econômico na área de fronteira.

Para o Brasil, a consolidação do eixo estratégico Amazônia – Orinoco gera uma **inédita aproximação** com os **países da bacia do Caribe**, em um contexto em que a política externa brasileira apresenta sinais de ampliação de sua atuação regional da América do Sul para outras áreas da América Latina e do Caribe. Este movimento estaria em consonância com o empenho brasileiro na criação e no fortalecimento da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), ampliando as possibilidades de cooperação e, especialmente, integração produtiva com os países do Caribe. (IIRSA, 2009, grifo nosso).

Mais do que integrar-se à América do Sul, o desafio primeiro do Brasil é ainda integrar a América do Sul. A construção de um bloco sul-americano que possa fazer sentido além do seu significado geofísico, desenhando uma região política, econômica e socialmente integrada, isenta de desconfianças e divergências locais. (COUTO, 2010).

O Brasil, por sua dimensão territorial e pelo fato de compartilhar fronteiras com nove dos onze países sul-americanos, além da Guiana Francesa, é o único capaz de atuar como elemento integrador das vertentes sul e norte do Continente e de agir como o articulador do espaço sul-americano, trabalhando, sem qualquer pretensão hegemônica, no sentido de promover a estabilidade e a cooperação regionais em todos os campos, inclusive o político-estratégico. (BRASIL, 2001).

Portanto, após a preparação do terreno no início dos anos 1990, a partir de 2000, no segundo governo Cardoso, a América do Sul se afirmou como plataforma regional preferencial do Brasil.

O próprio Plano Plurianual para o período 2000-2003, elaborado em 1999, que traça as diretrizes estratégicas para o período, já indicava essa inflexão na estratégia de inserção internacional do país. (Lessa, Couto e Farias, 2009).

Segundo Alcides Vaz (2004), a diferença de Lula com relação a Fernando Henrique Cardoso, no campo das relações internacionais, se assentou apenas na intensificação do processo de aproximação regional e na afirmação do desejo de

atuar de maneira mais assertiva. Lula foi mais proativo na busca “de interesses nacionalmente definidos e de projetos compartilhados com os vizinhos regionais e com outros parceiros internacionais”. Percebeu-se, portanto, uma explicitação do desejo de exercício da liderança, por parte do Brasil, na condução das relações regionais, confirmado, segundo Almeida (2004), pelas iniciativas da diplomacia do governo Lula, direcionadas para uma ativa coordenação política e comercial com atores relevantes do cenário mundial.

Cristina Pecequilo (2008) descreveu a dinâmica entre as tendências “bilateral-hemisférica” e “global-multilateral” que se alternam na orientação da condução da política externa brasileira. Argumentou que a política externa empreendida no Governo Lula representou um reforço do posicionamento global-multilateral, conseguindo combinar os eixos Norte-Sul e Sul-Sul na sua estratégia de inserção internacional. Todavia, com relação à América do Sul, destacou que prevaleceu uma **dimensão de continuidade**, dado que Cardoso, em seu segundo mandato, percebendo os limites da década bilateral, promoveu alterações na condução de sua política externa, dando atenção especial ao eixo horizontal e ao entorno sul-americano.

Já a partir de meados do segundo governo FHC (1995-2003), a estratégia multilateral global predominou, mas foi reforçada no governo Lula. [...] a América do Sul passou a ser a região de referência para a construção da inserção internacional do Brasil dentro da estratégia multilateral-global. A prioridade dada para a América do Sul por parte do Brasil permitiu colocar a integração regional como um objetivo e um instrumento comum dos governos sulamericanos. Apesar das dificuldades comerciais do Mercosul, em termos de discurso, a **integração regional se tornou um objetivo inquestionável** dos países da região. [...] Do ponto de vista brasileiro, a **América do Sul serviu como alavanca para ampliar a sua projeção internacional** e legitimar as pretensões brasileiras de posicionar na política internacional como líder da região e uma das lideranças emergentes. Durante o período Lula-Amorim, é inegável a capacidade do Brasil mobilizar a agenda sul-americana, reforçar o diálogo político intrarregional e reverberar essas ações no plano global, o que associado à retomada do crescimento econômico, permitiu ao Brasil se colocar como uma potência emergente. (PECEQUILO, 2008, grifo nosso).

Os desafios da integração, no entanto, são grandes. A América do Sul é bastante heterogênea e as assimetrias assumem conotações estruturais na base das relações regionais. Depreende-se que, para além da significação geográfica, ainda é uma região a ser construída, tanto no que diz respeito ao adensamento dos fluxos econômicos internos quanto na intensificação de uma integração social e, até mesmo, na construção de uma identidade própria. (COUTO, 2010).

**Tabela 1: Exportações para América do Sul**

<b>País</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>
Argentina	22,72	45,24	45,79	35,62	36,88	36,33
Bolívia	44,69	35,62	43,84	63,15	63,88	63,59
Brasil	8,62	20,44	20,16	16,23	19,39	19,38
Chile	11,28	17,97	16,17	11,4	11,28	14,41
Colômbia	9,06	22,62	20,72	22,04	21,37	27,17
Equador	10,42	16,22	20,89	16,93	21,31	25,94
Paraguai	44,28	64,76	74,27	58,78	58,81	
Peru	11,82	14,57	14,04	15	16,41	18,07
Uruguai	37,29	52,3	48,95	30,87	31,10	35,3
Venezuela	5,32	21,99	9,86	7,35	4,73	

Fonte: Cepal – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>>.

**Tabela 2: Importações da América do Sul**

<b>País</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>
Argentina	30,16	27,25	31,98	39,91	45,06	37,51
Bolívia	44,96	36,77	46,98	59,53	66,95	65,83
Brasil	16,06	18,23	19,51	14,94	16,48	14,03
Chile	23,22	23,05	31,91	37,72	33,76	29,43
Colômbia	16,25	20,01	21,6	21,25	22,43	17,57
Equador	17,82	25,98	35,14	39,54	34,41	37,08
Paraguai	32,4	42,51	53,62	53,15	38,19	
Peru	31,77	30,18	34,52	40,47	40,01	30,04
Uruguai	45,19	49,82	50,44	46,78	60,08	51,69
Venezuela	9,77	17,99	18,28	26,49	27,24	33,73

Fonte: Cepal – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>>.

As tabelas acima apresentadas apontam dados do fluxo regional de importações e exportações, reforçando a ideia de que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a consolidação da integração da América do Sul. Há ainda alguns países, no nível regional, com baixo grau de importação e exportação, revelando uma ligação tradicional com mercados extrarregionais, destacando-se o Brasil, a Colômbia, a Venezuela, o Chile e o Peru. A inconstância e flutuação dos números percentuais das trocas comerciais também demonstram a incipiência das relações intrarregionais.

Desde o início do século XXI, o Brasil tem realizado esforços no sentido de aumentar o peso da América Latina no conjunto de suas importações. O Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) surgiu com a finalidade de impulsionar o comércio entre o Brasil e os demais países sul-americanos, substituindo as importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes dos vizinhos sul-americanos. As importações brasileiras de produtos regionais cresceram de US\$ 7,7 bilhões, em 2003, para US\$ 25,8 bilhões em 2010, repercutindo favoravelmente no processo de integração de cadeias produtivas, no

apoio ao financiamento e à capitalização de empresas latino-americanas e na promoção da integração de infraestrutura logística e energética. (BARROS, 2011).

A própria criação da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) foi um projeto brasileiro, assinado pelos doze países da região em 2008, em Brasília, com o objetivo de institucionalizar o multilateralismo regional sul-americano e forjar um ator político reconhecido no cenário internacional, com personalidade jurídica própria. A UNASUL alinhou-se perfeitamente ao objetivo nacional de construir, na América do Sul, uma região política, econômica e socialmente integrada, conferindo estabilidade ao processo, de longa maturação, e reforçando a liderança brasileira no subcontinente. (COUTO, 2010).

Quanto às relações entre Brasil e Venezuela, do ponto de vista econômico, a principal consequência da recente aproximação, ainda que em estágio inicial, foi o aumento do comércio bilateral, no qual o Brasil é fortemente superavitário. O Brasil mantém com a Venezuela o maior superávit comercial bilateral na região, que já foi de US\$ 4,6 bilhões em 2008 e fechou 2010 pouco acima de US\$ 3 bilhões. (BARROS, 2011).

Há de se considerar a ressalva de que a Venezuela tem sua economia atrelada aos rendimentos do petróleo (rentismo petrolero), o que constitui um grande desafio, pois torna sua economia totalmente dependente da exportação dessa *commodity*, bastante concentrada nos EUA, seu maior parceiro comercial. Sua busca por diversificação de parceiros comerciais e maior autonomia frente à potência hegemônica favoreceu, prioritariamente, as exportações brasileiras, notadamente a “indústria nacional, de maior valor agregado, rendendo um comércio vantajoso e superavitário para o Brasil”. (BORGES, 2011).

Assim, podemos constatar, pelas diversas evidências apontadas neste capítulo, que o movimento de aproximação do Brasil com a Venezuela não se iniciou no Governo Lula nem tampouco por questões meramente ideológicas, mas que seguiu um delineamento do Estado Brasileiro, bem definido já no final do século XX, com vistas a alcançar Objetivos Nacionais. Desta forma, os governos de esquerda no Brasil, iniciados com Lula, mantiveram o direcionamento traçado pela política externa do governo anterior, não havendo elementos de ruptura das prioridades brasileiras, no campo das relações internacionais, com os países do entorno estratégico.

O Poder Político brasileiro, portanto, definiu-se favorável à aproximação do país com a Venezuela, via Mercosul, por razões amplamente convenientes ao Brasil, em termos políticos e econômicos, além de manter um direcionamento coerente da política externa do Estado, voltada para interesses nacionais de longo prazo.



## 7. CONCLUSÃO

[...]E aqui mencionarei um ou dois pontos nos quais acho que precisamos fazer um esforço redobrado. Falamos muito em integração sul-americana, mas precisamos ficar mais sul-americanos. Quando digo isso, me refiro ao fato que constato frequentemente de que, **no Brasil, ainda é insuficiente o conhecimento dos nossos vizinhos**. Muito poucos conhecem a literatura, a música, a história, a especificidade de cada vizinho, e essa descoberta é prazerosa e enriquecedora. É uma descoberta que só nos trará alegrias, eu estou certo, além de nos aparelhar, de nos permitir nos desincumbirmos com maior competência da **nossa tarefa de construir um espaço de paz sul-americano** [...]. (BRASIL, 2013, grifo nosso).

Neste trabalho, buscamos percorrer a trajetória de formação do Mercosul e sua expansão, alinhando o caso específico da adesão Venezuelana aos interesses do Estado brasileiro. Diversos indicadores demonstraram ser a integração sul-americana um objetivo estratégico da política externa brasileira, na medida em que é tratada como um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, para o fortalecimento da capacidade de atuação e negociação dos governos sul-americanos no âmbito internacional e para a preservação da paz regional.

Por sua extensão e posição geográficas, interligações por rios, estradas e ferrovias entre os países da região, e também por sua dimensão e projeção econômica, o Brasil tem papel crucial na conexão do subcontinente Sul-americano. Para o sucesso do empreendimento de integração, além da disposição e da efetiva capacidade de liderança brasileira, é imperioso que o Brasil reconheça a importância do adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos.

Em geral, há argumentos de que a inclusão da Venezuela foi, em grande medida, o resultado das mudanças no cenário político regional, que desde 2002 experimentou um giro para governos de centro-esquerda na Argentina, no Brasil e no Uruguai. Sem descartar a possibilidade de uma decisão política, que apoiou o ingresso do novo sócio antes de contabilizar e avaliar o seu preparo para o ingresso, ressaltamos os aspectos abordados ao longo da pesquisa: o Mercosul adquiriu, a partir da incorporação venezuelana, uma maior dimensão regional sul-americana, ao estender suas fronteiras até o Mar do Caribe; o novo membro é um importante produtor de petróleo e gás, o que proporcionou ao Mercosul uma dimensão energética que fortaleceu o bloco regional; o governo venezuelano é parceiro no financiamento de alguns projetos regionais de infraestrutura; e, finalmente, o

mercado venezuelano se converteu em um espaço no qual os produtores do Mercosul podem ampliar e diversificar sua oferta produtiva.

A ampliação do Mercosul, por meio da adesão Venezuelana, também deve ser analisada e compreendida sob a ótica do esforço do Estado brasileiro na promoção de um mundo multipolar, avesso a imperialismos ou hegemonias. O fortalecimento do Mercosul, como espaço econômico ampliado, aumentou o poder de atração da região para capitais externos voltados à produção — processo de importância crucial para a integração competitiva na economia internacional - e aumentou a liberdade e capacidade de negociação dos países-membros, notadamente o Brasil, com outros blocos econômicos, como as tratativas com a União Europeia, por exemplo, que poderão favorecer desdobramentos positivos na reestruturação do sistema produtivo internacional.

Em sua leitura do cenário internacional, os países sul-americanos, dentre os quais se inclui o Brasil, percebem a debilidade do multilateralismo e o processo de aprofundamento das assimetrias entre os países, enxergando na integração regional a construção de uma proteção face ao processo de globalização, que aprofunda as desigualdades entre países e contribui para a marginalidade econômica. Dessa forma, caberia ao bloco Sul-americano buscar o desenvolvimento de um espaço integrado nas esferas política, social, cultural, econômica, financeira e ambiental.

Em que pese ter havido uma manifesta intenção de Chávez de liderar e reformular o Mercosul, no intuito de transformá-lo em palanque contra o neoliberalismo, a aproximação da Venezuela permite ao Brasil exercer maior influência sobre ela, trazendo-a para sua órbita. Pensar de maneira inversa seria desconsiderar o enorme peso econômico do Brasil diante de um vizinho com indicadores geográficos e socioeconômicos bastante modestos, comparativamente.

Nesse viés, restou óbvia a urgência e o caráter estratégico da integração e do desenvolvimento do eixo Amazônia – Orinoco, no norte do Brasil e no sul da Venezuela. Os países têm nessa região as suas menores densidades populacionais nacionais, além de apresentarem, na porção territorial considerada, os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), quadro que reflete, entre outros fatores, a baixa densidade de infraestrutura e de desenvolvimento. Essa realidade revela a excelente oportunidade de se avançar em um processo de integração que promova soluções conjuntas ao desenvolvimento produtivo, com capacidade de privilegiar atividades de maior valor agregado e intensidade tecnológica.

Finalmente, conclui-se que o apoio do Brasil ao ingresso venezuelano ao Mercosul foi determinado pelas premissas geopolíticas prescritas por Carlos de Meira Mattos e outros autores, trazendo benefícios tanto para esses países quanto para os demais integrantes do bloco e do continente. A partir de agora, o desafio será superar as mazelas políticas e econômicas da Venezuela, que prejudicam sua participação plena no bloco.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul: uma revisão histórica e uma visão de futuro**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Meridiano 47. Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, Nº 77, Dezembro/2006.

\_\_\_\_\_. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 47, n. 1, p. 162-184, 2004.

BARROS, P. S.; Padula, R.; SEVERO, L. W. **A integração Brasil – Venezuela e o eixo Amazônia – Orinoco**. Boletim de Economia e Política Internacional. IPEA. Nº 7, JUL/SET 2011.

BBC. **Protestos pressionam governo na Venezuela; entenda a crise**. 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140217\\_protestos\\_venezuela\\_entenda\\_cc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140217_protestos_venezuela_entenda_cc)>. Acesso em: 18 mar 2018.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, jan./abr. 2005.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BORGES, Fabio. **As relações do Brasil com os países Amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): possibilidades e problemas do regionalismo aberto**. Tese (Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2011. 189 f.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil; Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional Nº 20, de 15-12-1998. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional**. 2001. 247 p. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-aocongresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional2001-fernando-henrique-cardoso/view>>. Acesso em: 16 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Minuta da Política Nacional de Defesa/ Estratégia Nacional de Defesa**. Lei Complementar 97/1999, Art. 9º, § 3º. Brasília, DF, 29 set 2016a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Minuta do Livro Branco de Defesa Nacional**. Lei Complementar 97/1999, Art. 9º, § 3º. Brasília, DF, 29 set 2016b.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **A América do Sul e a integração regional**. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Brasília: 2012. 252p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Discurso do ministro das Relações Exteriores na cerimônia de posse do embaixador Ruy Nogueira. 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/4575-discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-na-cerimonia-de-possedoembaixador-ruy-nunes-pinto-nogueira-como-secretario-geral-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 28 MAR 2018.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Exposição de Motivos nº 453 do Ministério de Relações Exteriores: projetos de lei e outras proposições – MSC – 82/2007. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 29 JAN 2018.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Mercosul**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/686-mercosul>>. 2018. Acesso em 15 MAR 18, 22:00:00.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Mercosul**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Presidência *Pro tempore* brasileira. 2017a. Acesso em 15 MAR 18, 23:00:00.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Nota nº 255**. Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>>. 2017b. Acesso em: 27 MAR 2018.

CAVALCANTI, Dênis. **A entrada da Venezuela no Mercosul: novos rumos da política externa da república bolivariana**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação stricto sensu em Direito da Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF, 2014.

CEPAL. **O Comércio na América do Sul e oportunidades para o Brasil**. 2007. 270 p. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37923/1/LCbrs185\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37923/1/LCbrs185_pt.pdf)>. Acesso em 10 maio 2018.

COIMBRA, Eric Araújo Dias. **O Socialismo do Século XXI na América Latina e a Superação do Capitalismo**. Dissertação de mestrado – UFSC. Florianópolis, 2009.

COSTA, Emily; BRANDÃO, Inaê; OLIVEIRA, Valéria. **Fuga da fome: como a chegada de 40 mil venezuelanos transformou Boa Vista**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/fuga-da-fome-como-a-chegada-de-40milvenezuelanos-transformou-boa-vista.ghtml>>. Acesso em: 19 março 2018.

COUTO, Leandro Freitas. **Política externa brasileira para a América do Sul**. As diferenças entre Cardoso e Lula. Civitas. Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre. v. 10, n.1, 2010. p. 23-44.

DARIO, Monteiro Dario. **A crise na Venezuela e a relação entre Estados Unidos e América Latina**. Mundorama/ Divulgação científica em relações internacionais. 2017.

ECEME. **Elaboração de Projetos de Pesquisa**/ Departamento de Pesquisa e Pós-graduação. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

ESG. **Elementos fundamentais**. Manual básico. Volume 1. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2014.

EXÉRCITO, Escola de Comando e Estado-Maior. **Formatação de Trabalhos Científicos** / Departamento de Pesquisa e Pós-graduação. Rio de Janeiro: ECEME, 2017. 109p.

FORBES. **Venezuela: Produção de petróleo vai a menor nível desde 1989, diz Opep**. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/5192911/venezuela-producao-de-petroleovai-menor-nivel-desde-1989-diz-opep>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBO. **Por dia, 800 venezuelanos entram no Brasil pela cidade de Pacaraima (RR)**: Muitos vão a pé até a capital Boa Vista, a 220 quilômetros. O êxodo tem cenas de fome e desespero. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornalnacional/noticia/2018/02/por-dia-800-venezuelanos-entram-no-brasil-pela-cidadedepacaraima-rr.html>>. Acesso em: 13 MAR 2018.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro e CARDIM, Carlos Henrique. **Venezuela: Visões brasileiras** / Textos apresentados no seminário sobre a Venezuela, Rio de Janeiro, 2001.- Brasília: IPRI, 2003.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **O mundo multipolar e a integração sul-americana**. Comunicação e Política, v. 25, n. 3, 2007.

HAGE, José Alexandre Altahyde. **Reflexões sobre a política externa brasileira e a integração regional**. Cadernos Adenauer XI, nº 4, 2010, p. 14-23.

IIRSA. **Planejamento territorial indicativo**. Carteira de Projetos. 2009. Disponível em: <<http://www20.iadb.org/intal/catalogo/PE/2009/04494pt.pdf>> Acesso em: 4 ABR 2018.

JÁCOME, Francine. **Segurança e integração 'bolivariana' no marco da política exterior da Venezuela (1999-2006)**. Cadernos Adenauer VII, nº 1, 2007, p. 63-93.

KREIBOHM, Magister Patricia. **Integração da América do Sul**. Revista PADECEME. (Extrato da apresentação realizada pelo General Sergio Westphalen

Etchegoyen, Comandante da ECEME, na Universidade Internacional da Flórida (Miami/EUA), em 4 de abril de 2008). Rio de Janeiro. N° 17, 1° quadrimestre, 2008.

LESSA, Antonio Carlos; COUTO, Leandro Freitas; FARIAS, Rogério de Souza. **Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008)**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 52, n. 1, p. 89-109, 2009.

LIMA, Suely Aparecida de. **Eixo Escudo das Guianas da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA): possibilidades e desafios**. 5° Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI. Redefinindo a Diplomacia num Mundo em Transformação: Belo Horizonte/MG. 2015.

LOPES, Mariana de Oliveira. **Imperialismo, petróleo e “revolução bolivariana”**: impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciência da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Marília, 2009.

MACHADO NETO, José Ribeiro. **Venezuela: um quase autorizado descaminho do MERCOSUL a vista**. Meridiano 47 N° 115, [p. 8 a 12], FEV/2010.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica: introdução ao estudo**. São Paulo: Sicurezza, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. **Blocos regionais e globalização**. São Paulo: Moderna, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mercosul + 1: o Chavismo contra o Mercosul**”. *Cadernos Adenauer VII*, nº 1, 2007, p. 33- 39.

MAMADOUH, V. D. **Geopolitics in the nineties: one flag, many meanings**. *GeoJournal* 46, p. 237–253, *Kluwer Academic Publishers*, 1998.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**/ Carlos de Meira Mattos. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002. 160p.

\_\_\_\_\_. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MORAES, Trajano de. **A cubanização da Venezuela: As ironias do destino, os avanços lentos de Cuba e a falência do chavismo**. 2016. Disponível em: <<https://projetcocolabora.com.br/cidades/a-cubanizacao-da-venezuela/>>. Acesso em: 19 MAR 2018.

NEVES, Eduardo Borba e DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007. 204 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século 21: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. Revista Brasileira de Política Internacional. v. 51, n. 2, p. 136-156, 2008.

PEDROSO, Carolina Silva. **Os projetos políticos de Brasil e Venezuela para a América do Sul do século XXI: a UNASUL e a ALBA em uma perspectiva comparada.** 1. Ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

PEREIRA, Lia Baker Valls. **Mercosul, uma agenda para além da conjuntura: para onde vamos?** Revista Conjuntura econômica. Comércio exterior. Agosto, 2015.

PUENTE, José Manuel. **A economia venezuelana: situação atual e perspectivas no Mercosul.** Cadernos Adenauer VII, nº 1, 2007, p. 95-104.

RIOS, Sandra e MADURO, Lúcia. **A adesão da Venezuela ao Mercosul.** *Cadernos Adenauer VII*, nº 1, 2007, p. 41-61.

RUIZ, José Briceño. **O Mercosul na política de integração de Venezuela.** Porto Alegre. v. 10, n.1, 2010. p. 77-96.

SCHUSTER, Kathleen. **Petróleo bênção e maldição na Venezuela.** 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/petróleo-é-bênção-e-maldição-paravenezuela/a-38492277>>. Acesso em: 18 março 2018.

VAZ, Alcides Costa. **Brazilian foreign policy under Lula: change or continuity?** FES Briefing Paper, Apr. 2004.

VENEZUELA. **Proyecto Nacional Simón Bolívar, Primer Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013.** 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas.** 5 ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

VILLA, Rafael Duarte. **A política externa brasileira: capital social e discurso democrático na América do Sul.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 63-89, jun. 2006.